ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA REALIZADA NO DIA CATORZE DE ABRIL DE 2014

Aos catorze dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, nesta Cidade de Bragança, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões desta Câmara Municipal, compareceram os Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, a fim de se realizar a sétima Reunião Ordinária desta Câmara Municipal.

Esteve presente a Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira, Maria Mavilde Gonçalves Xavier, que secretariou a Reunião; e a Chefe de Unidade de Administração Geral, Branca Flor Cardoso Lopes Ribeiro.

Ainda esteve presente, o Chefe do Gabinete de Apoio, Miguel José Abrunhosa Martins.

Eram nove horas, quando o Sr. Presidente, declarou aberta a reunião.

PONTO 1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Sr. Presidente

O Sr. Presidente deu as boas vindas ao Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha, reiterando a importância em manter o espírito de colaboração e trabalho desenvolvido para o bem-estar comum.

- VISITA DO EMBAIXADOR DA ALBÂNIA EM PORTUGAL A BRAGANÇA

No dia 13 de abril o Embaixador da Albânia, Edmond Trako, e o Cônsul Honorário da Albânia no Porto, Valdemar Gonçalves, foram recebidos, no Salão Nobre do Município de Bragança, pelo Executivo Municipal. Estiveram, ainda, presentes o Presidente da Assembleia Municipal, Luís Afonso, o Presidente do Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança, Eduardo Malhão, o Presidente e a Secretária-geral da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança, Victor Rodrigues e Anabela Anjos, respetivamente.

A reunião teve como principal objetivo analisar potenciais relações de cooperação empresarial, tendo o Embaixador da Albânia, apresentando, em detalhe, as oportunidades de negócio para os investidores estrangeiros, àquele país, nomeadamente no setor da construção, dado que o País está em fase de crescimento e desenvolvimento, estando o Governo a implementar um plano

de investimentos direcionada para a construção e melhoria de infraestruturas, nomeadamente ao nível das acessibilidades, através da modernização das estradas, linhas ferroviárias e portos marítimos, que poderão assumir uma dimensão maior caso o País consiga a adesão à União Europeia, cujo processo negocial ocorrerá durante o presente ano.

A Albânia tem uma população de cerca de 3,2 milhões de habitantes, apresenta taxas anuais de crescimento macroeconómico, ao nível do PIB, de 5%, tendo sido em 2013 de 1,5%. Os setores de atividade mais relevantes para a criação de riqueza nacional são a agricultura, a produção de energia, assumindo as remessas dos emigrantes um peso muito importante (cerca de 15%), devido à existência de cerca de 10 milhões de Albaneses a trabalhar no estrangeiro.

No final do encontro os presentes assumiram o compromisso de estudar a possibilidade de realização de uma missão empresarial à Albânia, constituída por empresário do Distrito de Bragança, cujo processo será desenvolvido pela Embaixada e pelas Associações Empresariais e Comerciais presentes na reunião, em parceria com a Câmara Municipal.

- BRAGANÇA ATIVA E SAUDÁVEL

No dia 5 de abril decorreu a caminhada na aldeia de Meixedo, integrada na iniciativa “Bragança Saudável, Bragança Solidária”, promovida pelo Município de Bragança, e que contou com a participação de 40 pessoas, que percorreram 12 quilómetros.

No dia seguinte, data em que se celebrou o Dia Mundial da Atividade Física, a Praça Cavaleiro de Ferreira foi o local escolhido para a concentração das 150 pessoas que participaram no Passeio de BTT (que totalizou 38 quilómetros).

No dia 11 de abril, à noite, realizou-se a X Maratona de Hidroginástica – Hidro By Night, na Piscina Municipal de Bragança.

Munidas com pulseiras luminosas e ao som de ritmos animados, cerca de 50 pessoas, de todas as idades, participaram na iniciativa promovida pelo Município de Bragança.

Já no dia 12 de abril, sob o tema “Lugares de memória”, um grupo constituído por mais de 50 pessoas, participaram na caminhada comemorativa do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 2014.

O percurso de 13 quilómetros começou com uma visita ao Centro de Memória do Forte, onde a arqueóloga da Câmara Municipal de Bragança, Clara André, explicou parte da história do Forte São João de Deus, seguida de uma passagem pelo Tojal dos Pereiros, uma formação rochosa, na Zona Industrial de Bragança, que é a mais antiga do País, com mil milhões de anos.

O grupo continuou, então, para a aldeia de Gostei, onde visitaram a Ponte de Areães, o Pelourinho e a Casa da Cadeia. Seguiu-se a passagem pela Torre Velha (sítio de interesse arqueológico) e pelo Mosteiro de Castro de Avelãs, na localidade de Castro de Avelãs.

A caminhada terminou com a visita aos fornos da cerâmica do Campo Redondo (sítio de interesse da arqueologia industrial).

- VISITA DA SECRETÁRIA DE ESTADO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E IGUALDADE

No dia 07 de abril o Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Hernâni Dias, reuniu com a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, no sentido de definir as formas de colaboração para apoiar o processo de autonomização das vítimas de violência doméstica aquando da saída das casas de abrigo.

- XV FEIRA DO FOLAR DE IZEDA

Decorreu, no dia 12 de abril, a abertura da 15.^a edição da Feira do Folar de Izeda, tendo a cerimónia de abertura sido antecedida pela inauguração da exposição de Pintura de Luís Canotilho, subordinada ao tema “Festas de Inverno em Trás-os-Montes, patente na Casa da Cultura Raúl Morais.

Organizada pela ADRI - Associação de Desenvolvimento da Região de Izeda, com o apoio da Câmara Municipal de Bragança, esta feira do folar visa promover um produto regional de qualidade, apresentando-se como mais uma oportunidade para dinamizar a economia local e criar novos fluxos turísticos, atraindo pessoas de outras regiões.

- REDE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO CONCELHO

Na sequência da reunião realizada no dia 2 de abril p.p. nas instalações Direção de Serviços da Região Norte (DSRN) em que nos foi apresentada uma proposta de encerramento definitivo de estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo com menos de 21 alunos, bem como da educação pré-escolar com menos de 20 crianças, com efeitos a 1 de setembro de 2014, vimos pela presente manifestar a discordância do Município de Bragança a este processo tendo por base os seguintes argumentos.

A proposta apresentada pela Direção de Serviços da Região Norte demonstra o desconhecimento da realidade da nossa rede escolar, do processo de reorganização que tem vindo a ser feito nos últimos anos e das condições a que as populações do nosso concelho estão sujeitas, em particular as nossas crianças.

O Município de Bragança tem-se pautado pela mobilização positiva no que respeita ao procedimento da reorganização da rede escolar, estando, sempre, aberto à discussão desta problemática, tentando encontrar as melhores soluções para a população do concelho e aplicar, dentro do razoável, as orientações emanadas pelo Ministério da Educação e Ciência. Por isso, tem havido uma grande concentração dos alunos em escolas de maior dimensão com melhores condições, obrigando, no entanto, os alunos a uma deslocação longa e morosa para poder frequentar estes níveis de ensino.

Para cada caso apresentado pela DSRN, passamos a informar:

- a)** Escola a encerrar: JI de Gimonde; Escola de acolhimento: Centro Escolar de Santa Maria.

Devido ao processo de reorganização, desenvolvido nos últimos anos, que conduziu ao encerramento da quase totalidade dos estabelecimentos de ensino na área rural, os alunos que frequentam este Jardim de Infância (JI), com exceção de um, não são desta localidade. É necessário ter em atenção a proveniência dos alunos, os Km percorridos e o tempo despendido.

Assim, frequentam o JI de Gimonde 8 crianças, entre os 3 e os 5 anos, provenientes das aldeias de Gimonde (1), Babe (1), Milhão (1), Baçal (3), Rio Frio (1) e Quintas das Carvas (1). As distâncias a percorrer e o tempo necessário são as seguintes:

Origem \ Destino	C.E. Sta. Maria	
	dist.	tempo
Jl Gimonde		
Rio Frio	26 km	39 min
Milhão	19 km	29 min
Babe	15 km	23 min
Baçal	9 km	14 min
Gimonde	7 km	11 min
Qta. das Carvas	3 km	5 min

b) Escola a encerrar: EB1 n.º 7 de Bragança (Cantarias); Escola de acolhimento: EB1 n.º 8 de Bragança (Artur Mirandela).

A EB1 n.º 7 tem neste ano letivo 15 alunos. Tem excelentes condições físicas e recebe alunos desta zona (9) e de outras zonas da cidade (3) da aldeia de Samil (1), cuja EB1 foi encerrada no ano letivo transato, e outras localidades da área rural (2), que tem de ser considerados na contabilização dos km e do tempo. Na possibilidade de encerramento desta escola, a proposta de acolher os alunos na EB1 n.º 8 (Artur Mirandela) traria, também, problemas ao nível do serviço de refeições escolares dado que as mesmas são transportadas e a sala modular instalada junto a esta escola, onde são servidas as refeições, não tem capacidade de resposta para o n.º total de alunos que passariam a frequentar a escola.

Origem \ Destino	EB1 n.º 8 (Artur Mirandela)	
	dist.	tempo
EB1 n.º 7		
Samil	3 km	6 min
Zona das Cantarias	2 a 3 km	6 a 8 min
Bragança	3 km	8 min

Ata da Reunião Ordinária de 14 de abril de 2014

Nogueira	7 km	12 min
Mós	12 km	18 min

- c) Escola a encerrar: EB de Parada (com EB1 e JI); Escola de acolhimento: EB de Izeda.

Devido ao processo de reorganização, desenvolvido nos últimos anos, que conduziu ao encerramento da quase totalidade dos estabelecimentos de ensino na área rural, os alunos que frequentam esta escola básica, com 1.º ciclo e ensino pré-escolar, são provenientes de diversas localidades de uma área envolvente muito abrangente em termos territoriais.

A deslocação das crianças para a EB de Izeda provoca um aumento do número de km a percorrer por estradas sinuosas, colocando em causa a segurança das mesmas, do tempo em viagens e do número de circuitos de transporte a ter em consideração.

Frequentam esta EB 27 alunos, sendo 11 no pré-escolar e 16 no 1.º ciclo, cujas origens e distâncias à EB de Izeda se apresentam de seguida:

Origem \ Destino EB de Parada	EB de Izeda	
	dist.	tempo
Parada	20 km	30 min
Grijó de Parada	27 km	40 min
Coelhoso	17 km	25 min
Paradinha Nova	13 km	19 min
Paredes	21 km	32 min
Freixedelo	27 km	40 min
Carocedo	22 km	35 min

- d) Escola a encerrar: JI de Salsas; Escola de acolhimento: EB de Santa Comba de Rossas (com JI e EB1).

O JI de Salsas integra alunos de Salsas (3), Vale de Nogueira (2), Serapicos (2) e Carçãozinho (1) sendo de ter em conta as distâncias e o tempo que estes alunos despendem para poder frequentar o JI de Santa Comba de

Rossas, obrigando crianças entre os 3 e os 5 anos, a percorrer vários quilómetros, em tempo demasiado longo para esta faixa etária.

Informação transmitida pelo agrupamento de escolas no âmbito da preparação do procedimento de contratação dos transportes escolares aponta para um aumento do número de alunos no próximo ano letivo existindo já inscritos 11 alunos para frequentarem o JI de Salsas.

Origem \ Destino	EB de Santa Comba de Rossas	
	dist.	tempo
JI Salsas		
Vale de Nogueira	3,5 km	5 min
Serapicos	12 km	18 min
Carçãozinho	11 km	17 min
Vila Boa *	14 km	22 min

* Inscritos para o próximo ano letivo.

- e) Escola a encerrar: EB1 n.º 11 de Bragança – Formarigos; Escola de acolhimento: Centro Escolar da Sé.

A EB1 n.º 11 apresenta uma especificidade em termos pedagógicos e sociais que é necessário realçar e ter em consideração num processo de reordenamento da rede escolar.

Esta escola é frequentada por 19 alunos sendo 9 deles crianças institucionalizadas na Obra Kolping da Diocese de Bragança-Miranda, situada a cerca de 500m, e 8 de etnia cigana residentes num acampamento contíguo.

O encerramento da escola traria muitas dificuldades à instituição para transportar os alunos para o Centro Escolar da Sé e contribuiria para o abandono escolar dos alunos de etnia cigana pois dificilmente seriam transportados pelos pais para o Centro Escolar.

Acresce, que a escola tem desenvolvido um importantíssimo papel na socialização de toda a comunidade de etnia cigana envolvendo-a nas atividades realizadas na escola e acompanhando os cuidados de higiene diária

que as crianças necessitam e permitindo que os mesmos sejam feitos nas instalações da escola.

Considerando que o funcionamento dos JI, propostos para extinguir, não representa acréscimo de despesa para o Ministério da Educação e Ciência, uma vez que funcionam em instalações do Município que assume as despesas de funcionamento assim como alguns dos funcionários existentes, não se entende o seu encerramento. Em relação aos Educadores de Infância, estes serão de igual forma necessários nas escolas acolhedoras.

Considerando a necessidade de ter em conta a vasta área geográfica que cada escola abrange, os alunos fazem longos percursos todos os dias, duas vezes por dia, com condições climatéricas adversas em praticamente todo o ano letivo e com uma duração excessiva para crianças desta faixa etária, devido às características da nossa rede viária;

Considerando, ainda, as condições adversas com que se debate o interior do país, a necessidade de coesão territorial e a sustentabilidade dos municípios que obrigam a que sejam consideradas medidas de exceção, próprias e diferentes da regra geral, no sentido de contemplar a especificidade dos territórios de baixa densidade, por forma a não agravar, com a política e visão centralista, a já muito frágil situação demográfica do interior;

Considerando que o Município de Bragança tem sempre procurado a estabilidade, a unificação e o diálogo entre instituições tendo sempre presente a preocupação com o sucesso escolar dos nossos alunos, com a estabilidade das suas famílias, com a rentabilização dos espaços físicos existentes, que dotou de todas as condições necessárias ao seu bom funcionamento, e com a manutenção dos postos de trabalho dos docentes e não docentes;

Assim, pelos argumentos e considerações apresentadas, manifesta-se total oposição à proposta da DSRN de encerrar os Jardins de Infância de Gimonde e de Salsas, a EB de Parada (com JI e 1.º ciclo), a EB n.º 7 (Cantarias) e a EB n.º 11 (Formarigos), bem como total desacordo se a fusão dos códigos da EB1 e do JI de Santa Comba de Rossas levar à perda de importância e de serviços de qualquer dos equipamentos escolares.

Intervenção do Sr. Vereador Humberto Rocha:

Sou em absoluto contra a proposta de encerramento definitivo de estabelecimentos de educação e entendo que o Sr. Presidente deve envidar todos os esforços para que não se proceda ao encerramento.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta a enviar para a Entidade identificada.

Pelo Sr. Vereador Humberto Rocha, foram colocadas as seguintes questões:

“Há alguma evolução sobre a ligação aérea Lisboa – Bragança - Lisboa?”

“Quando têm início os trabalhos para reparação das valas junto à Rua Dr. Francisco Felgueiras?”

“Para quando se prevê o término das obras de Valverde?”

Faço diariamente este traçado e antes tínhamos 3 alternativas e atualmente temos apenas 1. “

Questionou ainda o Sr. Vereador, se não seria conveniente proporcionar uma visita guiada à obra da barragem de Veiguihas?”

Pelos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo, foram colocadas as seguintes questões:

- PARQUE DE CAMPISMO DE RIO DE ONOR

Em que ponto de situação está a posse dos terrenos relativos ao Parque de Campismo de Rio de Onor? Já houve entendimento com os herdeiros? Para quando se prevê a resolução da situação? A Junta de Freguesia manifestou alguma vontade de assumir a responsabilidade da gestão do Parque de Campismo?

- FEIRA DAS CANTARINHAS

Sendo a Feira das Cantarinhas um evento que se quer abrangente da área urbana de Bragança e estando a cidade atualmente perante uma nova reorganização administrativa, com a União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, porque motivo não foi envolvida a Junta de Freguesia na organização do evento?

Resposta do Sr. Presidente as questões colocadas pelos Srs., Vereadores

“Não é conhecida qualquer evolução, relativamente à ligação aérea Lisboa – Bragança – Lisboa.”

“Os trabalhos para reparação das valas, junto à Rua Dr. Francisco Felgueiras, já foram adjudicados.”

“Os trabalhos da EN de Valverde, já foram adjudicados, está em execução o alargamento do traçado. Prevê-se o término das obras para 2015.”

“O Programa de comemoração do 25 de Abril, contempla uma visita à obra da barragem de Veiguinhas.”

“Sobre os terrenos afetos ao Parque de Campismo de Rio de Onor, já houve entendimento com os herdeiros, subsiste apenas uma situação de um terreno que não se conhece a titularidade. A Junta de Freguesia tal como a Câmara Municipal, não tem capacidade para gerir o Parque de Campismo, sendo que este assunto integra a Ordem de Trabalhos da presente Reunião de Câmara.”

“ Quanto à realização da Feira das Cantarinhas, decorrida mais de uma década de ter sido “transferida” para zonas mais recentes da Cidade de Bragança, a Feira das Cantarinhas regressa, este ano, ao Centro Histórico de Bragança.

A decisão do atual Executivo Municipal visa, sobretudo, dinamizar e revitalizar a Zona Histórica de Bragança e a atividade económica do comércio tradicional.

Assim, de 30 de abril a 4 de maio, o Jardim Dr. António José de Almeida acolhe a XXVIII Feira do Artesanato (30 de abril a 4 de maio). Já a Feira das Cantarinhas (2 a 4 de maio) vai realizar-se na Avenida General Humberto Delgado (ao lado da Segurança Social), na Avenida João da Cruz, na Rua Almirante Reis, na Rua da República, na Rua Alexandre Herculano, na Rua Combatentes da Grande Guerra e na Praça da Sé.

A Junta de Freguesia está envolvida e consta nos cartazes de divulgação como entidade que apoia. Sempre foi apoiante e não pertencia à organização.”

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

PONTO 2 – ORDEM DO DIA

PONTO 3 - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24 DE MARÇO DE 2014

Presente a Ata da Reunião Ordinária em epígrafe, da qual foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros desta Câmara Municipal.

Deliberado, aprovar a referida ata, com cinco votos a favor, dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista e uma abstenção do Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha, por não ter estado presente na referida Reunião.

PONTO 4 - PRESENTE A SEGUINTE LEGISLAÇÃO

Decreto do Presidente da República n.º 24/2014, de 21 de março, D. R. n.º 57, I Série, da Presidência da República, fixa o dia 25 de maio do corrente ano para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal.

Declaração de Retificação n.º 19/2014, de 24 de março, D.R. n.º 19, I Série, da Presidência do Conselho de Ministros, retifica o Decreto-Lei n.º 13/2014, de 23 de janeiro, do Ministério da Economia, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2008, de 7 de março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, publicado no Diário da República, I Série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2014.

Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, D.R. n.º 19, I Série, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA), dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativo à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.

Portaria n.º 77-B/2014, de 1 de abril, D.R. n.º 64, I Série, dos Ministérios das Finanças, da Administração Interna e da Economia, fixa o valor das taxas de segurança a cobrar nos aeroportos da rede ANA, S.A., e nos restantes aeródromos e aeroportos.

Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, D.R. n.º 64, I Série, dos Ministérios das Finanças, da Administração Interna e da Economia, estabelece os aeroportos e aeródromos nos quais é devida a taxa de segurança.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2014, de 7 de abril, D.R. n.º 68, I Série, da Presidência do Conselho de Ministros, aprova o Programa Operacional de Sanidade Florestal.

Decreto-Lei n.º 52/2014, de 24 de março, D.R. n.º 68, I Série, do Ministério das Finanças, estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2014.

Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, D.R. n.º 69, I Série, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, estabelece um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios ou frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional.

Tomado conhecimento.

PONTO 5 - TOLERÂNCIA DE PONTO SEGUNDA-FEIRA DE PÁSCOA DIA 21 DE ABRIL DE 2014

Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

“Em virtude de se realizar a Visita Pascal nas Paróquias da Cidade e à semelhança do que vem acontecendo em anos anteriores, proponho se conceda tolerância de ponto, na Segunda-Feira de Páscoa, dia 21 de abril, a todos os trabalhadores que prestam serviço nesta Câmara Municipal, devendo, no entanto, ser assegurados os serviços de Aeródromo e de Transportes Urbanos de Bragança (STUB) e os piquetes de emergência ou de prevenção, sendo a estes trabalhadores, também, concedida a mesma tolerância em data a combinar com os Dirigentes e Chefias dos respetivos serviços.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

PONTO 6 - ABERTURA DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NOS DIAS 1 E 4 DE MAIO DE 2014

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação:

“A Associação Comercial Industrial e Serviços de Bragança, no âmbito da realização da Feira das Cantarinhas nos dias 2 a 4 de maio e de 30 de Abril a 04 de maio a realização da XXVIII Edição da Feira de Artesanato, pretende levar a cabo, a iniciativa “O Comércio Sai à Rua”, no intuito de juntar os lojistas à Feira das Cantarinhas, pelo que solicitam autorização para os estabelecimentos comerciais estarem abertos nos dias 1 de maio (feriado) e 4 de maio (domingo), como forma de gerar dinâmica na Cidade, interligando Feira das Cantarinhas, Artesanato e Comércio Tradicional.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a abertura dos estabelecimentos comerciais nos dias 1 de maio (feriado) e 4 de maio (domingo), devendo ser salvaguardados os direitos dos Trabalhadores.

PONTO 7 - ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA / CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL / ENCARREGADO OPERACIONAL – ADITAMENTO À INFORMAÇÃO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação, elaborada pelo Gabinete Jurídico:

1. A Assembleia Municipal de Bragança, em sessão ordinária realizada em 22 de fevereiro de 2013, sob proposta da Câmara Municipal de Bragança, aprovou a dissolução da empresa Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda., liquidação do passivo das empresas a fornecedores, transferência do passivo à banca e do ativo das empresas para o Município e a internalização de todas as suas atividades nos serviços do Município, acompanhada do respetivo Plano de Internalização, ao abrigo das disposições conjugadas constantes das alíneas a) do n.º 6 do artigo 64.º e i) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e dos artigos 62.º, n.º 2, 22.º, n.º 1 e 70.º, n.º 5, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local.

2. A Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal de Bragança, aprovou ainda a celebração de acordos de cedência de interesse público com os trabalhadores da empresa Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda., no prazo máximo de 6 meses após a deliberação da sua dissolução, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 62.º e no n.º 5 do artigo 70.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

3. O Município de Bragança na pendência do procedimento de dissolução e de liquidação da empresa Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda., em 20 de agosto de 2013, outorgou um acordo de cedência de interesse público com cada um dos trabalhadores da referida empresa municipal (1 técnico superior – área de engenharia da produção animal, 1 encarregado operacional e 8 assistentes operacionais afetos à Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social – Serviço de Promoção Económica (Matadouro Municipal), pelo prazo de um ano (vd. Cláusula primeira).

4. A Câmara Municipal de Bragança na pendência do procedimento de dissolução e de liquidação da empresa Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda., dando cumprimento à imposição do n.º 9 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto conjugado com o n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 51/2013, de 24 de julho, em reunião ordinária de 09 de dezembro de 2013, deliberou autorizar a abertura do Procedimento concursal comum para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional/Encarregado Operacional para a Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social – Serviço de Promoção Económica (Matadouro Municipal).

5. O referido procedimento concursal tem em vista a ocupação de 1 posto de trabalho na categoria de Encarregado Operacional que correspondente às funções ou atividades de que o trabalhador cedido se encontra a executar, na exata medida do âmbito da internalização do serviço Matadouro Municipal no Município de Bragança, de acordo com o estipulado pelo n.º 9 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

6. Assiste o direito de candidatura no procedimento concursal em causa ao trabalhador da empresa Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda. que celebrou

com o Município de Bragança em 20 de agosto de 2013, um acordo de cedência de interesse público, encontrando-se a exercer as funções de Encarregado Operacional na Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social – Serviço de Promoção Económica (Matadouro Municipal).

7. Relativamente à remuneração a auferir pelos trabalhadores das empresas locais em processo de liquidação cedidos ao município, foi dado cumprimento à posição da Direção-Geral das Autarquias Locais (em Reunião de Coordenação Jurídica de 23 de maio de 2013, os trabalhadores terão a remuneração correspondente a uma das posições remuneratórias da carreira e categoria correspondente às funções que irão desempenhar no Município, desde que a remuneração daí resultante seja igual ou inferior à auferida na empresa local, sem prejuízo, cremos nós, da salvaguarda da remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da carreira/categoria respetiva), i.é., no acordo de cedência de interesse público celebrado entre o Município de Bragança e o referido trabalhador, nas funções de Encarregado Operacional afeto à carreira de Assistente Operacional foi fixada a remuneração de 837,60€, correspondente à posição remuneratória 1.ª da categoria e ao nível remuneratório 8 da tabela remuneratória única.

8. O procedimento concursal acima enunciado é necessário para a execução das atividades permanentes do Serviço de Promoção Económica (Matadouro Municipal), sendo pois o respetivo recrutamento imprescindível para o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público.

9. Foi feita a demonstração de que o recrutamento é compatível com o objetivo de redução de trabalhadores imposto pelo artigo 65.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013.

10. A abertura do Procedimento concursal comum para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional/Encarregado Operacional para a Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social – Serviço de Promoção Económica (Matadouro Municipal), não consubstancia nenhuma valorização ou acréscimo remuneratório, já que contempla a mesma remuneração que foi fixada no

acordo de cedência de interesse público outorgado com o trabalhador, nas funções de Encarregado Operacional, a remuneração de 837,60€, correspondente à posição remuneratória 1.^a da categoria e ao nível remuneratório 8 da tabela remuneratória única.

11. Com a ocupação do posto de trabalho para constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado supra referenciado, cessa o acordo de cedência de interesse público, outorgado entre o Município de Bragança e o trabalhador da empresa Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda. (entidade que se encontra em fase de dissolução e liquidação).

Proposta:

Face aos pressupostos acima enunciados, em aditamento à informação prestada em 02 de dezembro de 2013 pelo Serviço de Assessoria jurídica e contencioso, propõe-se para autorização do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a continuidade dos procedimentos para a abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional/Encarregado Operacional, para a Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social – Serviço de Promoção Económica (Matadouro Municipal).

Mais se propõe que se dê conhecimento à Câmara Municipal, que em reunião ordinária de 09 de dezembro de 2013, autorizou, por unanimidade, a abertura do referido procedimento concursal que se vai dar continuidade aos procedimentos para recrutamento de um Encarregado Operacional para a Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social – Serviço de Promoção Económica (Matadouro Municipal).

Tomado conhecimento.

PONTO 8 - ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS AO PARLAMENTO EUROPEU 2014 – DEFINIÇÃO DOS LOCAIS PARA AFIXAÇÃO DE PROPAGANDA EM CAMPANHA ELEITORAL

Considerando que, no próximo dia 25 de maio se vai realizar a Eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu 2014, e que as Câmaras Municipais devem colocar à disposição das forças concorrentes, espaços especialmente destinados à afixação da sua propaganda, propõe-se, nos termos e para

efeitos do artigo 7.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, os seguintes locais para afixação de propaganda em campanha eleitoral:

- Extremos da Av. Cidade de Zamora;
- Cruzamento da Sub-Estação da EDP;
- Rotunda das Cantarias;
- Estação Rodoviária;
- Entrada de Vale d' Álvaro;
- Saída para Vinhais; e,
- Parque Eixo Atlântico.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os referidos locais, de acordo com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

PONTO 9 - DEVER DE COMUNICAÇÃO AO ABRIGO DO PARECER GENÉRICO FAVORÁVEL - N.º 3 DO ARTIGO 4.º DA PORTARIA N.º 53/2014, DE 3 DE MARÇO

Pelo Sr. Presidente, foi presente, para conhecimento, a seguinte informação:

“Considerando o previsto no n.º 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 53/2014, de 3 de março, existe o dever de comunicar à Câmara Municipal, até ao final do mês seguinte àquele em que foram adjudicados, os contratos celebrados ao abrigo do parecer genérico favorável obtido em reunião de Câmara de 13 de janeiro de 2014;

Para efeitos do cumprimento do dever de comunicação, informa-se que foram adjudicados as seguintes aquisições de serviços, conforme quadro anexo, que faz parte integrante desta informação e previamente distribuídos exemplares aos membros desta Câmara Municipal.”

Tomado conhecimento.

PONTO 10 - EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação:

“Considerando que a Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014 (LOE 2014), no n.º 4 do artigo 73.º, estabelece a exigência de parecer prévio vinculativo, nos termos e segunda a tramitação a regular por portaria, para a celebração ou renovação de contratos

de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, independentemente da natureza da contraparte.

Considerando que os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo para os organismos e serviços da administração central do Estado, abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foi regulamentado pela Portaria n.º 53/2014, de 3 de março, em vigor.

Considerando que para as autarquias locais não existe, até hoje, qualquer regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, pois, a portaria ainda não foi publicada.

Considerando que nos termos das disposições constantes na Portaria n.º 53/2014, de 3 de março, é regulamentado os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo, aplicando-se a todos os contratos de aquisição de serviços, celebrados por órgãos, serviços e entidades abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12- A/2008, de 27 de fevereiro.

Considerando que o n.º 11 do artigo 73.º da LOE 2014 prevê que, nas autarquias locais a emissão do parecer prévio vinculativo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número, do citado artigo 73.º, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela Portaria n.º 53/2014, de 3 de março.

Proposta:

Por força do disposto no n.º 4 e n.º 11, do artigo 73.º da LOE 2014 e por se encontrarem reunidos, no caso individual e concreto, todos os requisitos previstos no n.º 5, do mesmo artigo 73.º, da LOE 2014, conjugado com as disposições constantes do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 53/2014, de 3 de março, propõe-se à Câmara Municipal emissão de parecer prévio vinculativo favorável, para aquisição de serviços, instruída com os seguintes elementos, constantes no quadro anexo ao respetivo processo, que faz parte integrante da presente informação.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a emissão de parecer prévio vinculativo favorável, para a celebração ou

renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, independentemente da natureza da contraparte, de acordo com a informação apresentada pelo Sr. Presidente.

PONTO 11 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DE 40 COLCHAS PARA INSTITUIÇÕES DA REDE SOCIAL E/OU FAMÍLIAS CARENCIADAS

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação:

“A Empresa, Piubelle-Confecções, Indústria e Comércio Lda., com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva 501 215 697 e sede na Rua Liberdade 77, 4475-353 Maia, pretende efetuar um donativo, ao Município de Bragança, de 40 colchas com o valor estimado de 2.000,00 euros, para distribuição a instituições da Rede Social do Concelho de Bragança e/ou famílias carenciadas.

Assim, ao abrigo do ponto 1, alínea j, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se aceitar a referida doação.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aceitar a doação das 40 colchas que a empresa, Piubelle-Confecções, Indústria e Comércio Lda., pretende doar ao Município de Bragança, para distribuição a instituições da Rede Social do Concelho de Bragança e/ou famílias carenciadas.

Declaração de voto do Sr. Vereador André Novo

Regozijo esta empresa nas pessoas do Sr. Fernando e da D. Judite, que tendo a sua empresa sediada fora do concelho não se esqueceram das gentes desta cidade, que também pertence ao seu concelho.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PONTO 12 - RESUMO DIARIO DE TESOURARIA

Pela Divisão Financeira foi presente o resumo diário de tesouraria reportado ao dia 11 de Abril de 2014, o qual apresentava os seguintes saldos:

Em Operações Orçamentais: 2 163 954,30 € ; e,

Em Operações Não Orçamentais: 1 135 970, 25 €.

Tomado conhecimento.

PONTO 13 - APOIO A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS - Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Assunção, sedado em Rebordãos

Conforme disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no qual refere que compete à câmara municipal, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, pelo Sr. Presidente da Câmara foi presente, depois de verificado pela Divisão de Administração Financeira, o seguinte apoio:

Considerando que o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Assunção, sedado em Rebordãos, está a realizar obras de ampliação e melhoria das instalações do serviço de apoio domiciliário, aumentando a capacidade instalada de 30 para 62 utentes, respondendo à crescente procura deste tipo de resposta social.

Considerando que este Centro Social e Paroquial obteve financiamento para a execução das obras em apreço, no montante de 31.905,00 euros, através do programa PRODER, sendo o custo total da obra e equipamentos de 105.258,34 euros.

Considerando que na Reunião de Câmara de 22 de julho de 2013 foi deliberado emitir uma declaração de intenção de apoio financeiro, no valor de 40.000,00 euros.

Considerando que a presente despesa enquadra-se no projeto 10/2007 – “Apoio à construção de Centros Sociais e Paroquiais”, do Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, com dotação inicial de 60.000,00 euros, estando nesta data com um saldo disponível de igual valor. Os fundos disponíveis, à data de hoje, ascendem a 2.414.967,99 euros (Compromisso n.º 2014/1140).

PROTOCOLO DE APOIO FINANCEIRO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

Assim, entre:

O Município de Bragança, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 506 215 547, neste ato legalmente representado por Hernâni Dinis Venâncio Dias,

na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Bragança, adiante designada apenas por MUNICÍPIO;

E

O Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Assunção, Pessoa Coletiva n.º 506 012 522, com sede Bairro de Cimo da Vila, n.º 79, 5300 - 811 Rebordãos, Bragança, neste ato legalmente representado por José Luís Amaro Pombal, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designada abreviadamente por ENTIDADE;

É celebrado o presente protocolo que se rege nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e pelo seguinte clausulado:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Protocolo tem por objeto a cooperação entre os outorgantes, no âmbito específico do apoio financeiro para obras de ampliação e melhoria das instalações do serviço de apoio domiciliário, aumentando a capacidade instalada de 30 para 62 utentes, em fase de construção.

Cláusula 2.ª

Validade

O presente protocolo é válido durante o ano de 2014.

Cláusula 3.ª

Comparticipação financeira

1. O MUNICÍPIO atribui um apoio financeiro à ENTIDADE no montante de 40.000,00€ (quarenta mil euros), para prossecução do objeto definido na Cláusula 1.ª.

2. A verba referida no número anterior será libertada em duas tranches, no valor de 20.000,00€, a ocorrer em maio e julho de 2014.

Cláusula 4.ª

Obrigações da Entidade

1. A Entidade compromete-se, no âmbito do presente protocolo, e após cada transferência efetuada pelo MUNICÍPIO a proceder ao envio de documento comprovativo de despesa e liquidação, nomeadamente fatura e recibo ou documentos equivalentes, sob pena de devolução da verba atribuída.

Cláusula 5.^a

Colaboração entre as partes

A ENTIDADE compromete-se a assegurar uma estreita colaboração com o MUNICÍPIO, com vista ao mais correto acompanhamento e execução deste Protocolo e, em especial, a assegurar princípios de boa gestão financeira para prossecução do objeto definido na Cláusula 1.^a.

Cláusula 6.^a

Acompanhamento e controlo do Protocolo

1. O acompanhamento e controlo deste Protocolo são feitos pelo MUNICÍPIO, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 7.^a

Incumprimento e rescisão do Protocolo

1. A falta de cumprimento do presente Protocolo ou o desvio dos seus objetivos por parte da ENTIDADE, constitui justa causa de rescisão, podendo implicar a devolução ao MUNICÍPIO dos montantes recebidos ao abrigo deste Protocolo.

2. A verba atribuída pelo presente Protocolo, indicada na sua cláusula 3.^a, é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a ENTIDADE utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste Protocolo, por parte do MUNICÍPIO.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a atribuição de um apoio financeiro no montante de 40.000,00€ ao Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Assunção sediado em Rebordãos, de acordo com o clausulado no referido Protocolo de apoio financeiro.

PONTO 14 - APOIO ÀS FREGUESIAS

Pelo Sr. Presidente foram presentes, depois de verificados pela Divisão de Administração Financeira, os seguintes pedidos de apoio às Juntas de Freguesia, respetivamente:

Junta de Freguesia de Espinhosela, através do ofício ref.^a 09, datado de 19.02.2014, a Junta de Freguesia de Espinhosela solicitou um apoio financeiro, no valor de 9.000,00 euros, para pagamento de trabalhos realizados com a construção do Bar/Salão de Festas de Santa Rita, em Terroso.

Mais se informa que a presente obra foi adjudicada pelo montante de 73.119,57 euros, tendo a Comissão de Festas participado o valor de 10.000,00 euros, a Junta de Freguesia aplicou a verba prevista no Plano e Orçamento para o ano de 2013 (7.400,00 euros) e a Câmara Municipal, na reunião de 23 de fevereiro de 2013, deliberou atribuir o valor de 55.719,57 euros.

Segundo informação da Divisão de Administração Financeira a presente despesa tem cabimento no Orçamento Municipal para o ano de 2014, na rubrica “010208050102 - sem plano”, com uma dotação inicial de 633.100,00 euros, estando nesta data com um saldo de 562.620,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.487.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1133).

União de Freguesias de Rio Frio e Milhão, através de ofício, com data de entrada de 11.11.2013, a União de Freguesias de Rio Frio e Milhão solicitou um apoio financeiro, no valor de 25.000,00 euros, para pagamento das obras de beneficiação e pavimentação da Rua de S. Roque, em Paço de Rio Frio.

A presente obra foi adjudicada pelo montante de 28.630,50 euros, tendo o processo administrativo de contratação pública sido acompanhado pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal.

Segundo informação da Divisão de Administração Financeira a presente despesa tem cabimento no Orçamento Municipal para o ano de 2014, na rubrica “010208050102 - sem plano”, com uma dotação inicial de 633.100,00 euros, estando nesta data com um saldo de 553.620,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.478.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1135).

Junta de Freguesia de Rabal, através do ofício ref.ª 48, datado de 11.09.2013, a Junta de Freguesia de Rabal solicitou um apoio financeiro, no valor de 1.000,00 euros, para pagamento de terreno adquirido para construção da ETAR de Rabal.

Segundo informação da Divisão de Administração Financeira a presente despesa tem cabimento no Orçamento Municipal para o ano de 2014, na rubrica “010208050102 - sem plano”, com uma dotação inicial de 633.100,00 euros, estando nesta data com um saldo de 528.620,00 euros. Os fundos

disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.453.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1138).

Junta de Freguesia de Nogueira, através do ofício datado de 10.03.2014, a Junta de Freguesia de Nogueira solicitou um apoio financeiro, no valor de 20.000,00 euros, para construção das fundações do polidesportivo.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 20/2007 “Apoio à construção e melhoria de polidesportivos (...)”, com uma dotação inicial de 100.000,00 euros, estando nesta data com um saldo de igual valor. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.452.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1136).

Junta de Freguesia de Serapicos, através do ofício datado de 24.01.2014, a Junta de Freguesia de Serapicos solicitou um apoio financeiro, no valor de 8.100,00 euros, para pagamento das obras de beneficiação e pavimentação de largo em Vila Boa de Carçozinho.

O custo total da obra foi de 14.392,38 euros, sendo que a Junta de Freguesia aplicará a verba prevista no Plano e Orçamento para 2014, no montante de 6.300,00 euros.

O presente investimento enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação de largos nas aldeias”, com uma dotação inicial de 63.000,00 euros, estando nesta data com um saldo de igual valor. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.432.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1137).

Junta de Freguesia de Donai, através do ofício datado de 08.04.2014, a Junta de Freguesia de Donai solicitou um apoio financeiro, no valor de 9.600,00 euros, para pagamento das obras de beneficiação e pavimentação de largos nas aldeias de Donai e Sabariz.

O custo total da obra foi de 14.900,00 euros, sendo que a Junta de Freguesia aplicará a verba prevista no Plano e Orçamento para 2014, no montante de 5.300,00 euros.

O presente investimento enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação de largos nas aldeias”, com uma dotação inicial de 63.000,00 euros, estando

nesta data com um saldo de cabimento de 54.900,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.424.567,99 euros (Compromisso n.º 2014/1139).

Pelos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo foram colocadas as seguintes questões relacionadas com o ponto em análise

“Junta de Freguesia de Espinhosela

A Câmara Municipal de Bragança já efetuou o pagamento no valor de 55.719,57 euros? Se sim, o valor total do apoio passa a ser de 64.719,57 euros? Somando as partes, o custo total da obra cifra-se em 82.119,57 euros?

Junta de Freguesia de Nogueira

Não existe um Polidesportivo em Nogueira? Esta verba serve para melhoria do polidesportivo existente?”

Resposta do Sr. Presidente às questões colocadas, pelos Srs. Vereadores

Relativamente ao valor de 55 719,57 euros e considerando que essa verba já foi deliberada há mais de um ano, confirmo que a mesma já foi liquidada.

Relativamente ao Polidesportivo de Nogueira e considerando que o atual equipamento desportivo não oferece condições de utilização de verão e inverno, torna-se assim necessário criar uma infraestrutura que permita a sua utilização ao longo de todo o ano.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os referidos pedidos de apoio financeiro às Juntas de Freguesia, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos do previsto na alínea k), do n.º 2 do artigo 25.º, do citado diploma.

Declaração de voto do Sr. Vereador Humberto Rocha

“Considerando que grande parte destas obras já se encontram executadas, seria de todo conveniente que os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, submetessem antecipadamente à Câmara Municipal para melhor acompanhamento com o respetivo pedido de apoio financeiro.”

Declaração de voto dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo

“Votamos favoravelmente conscientes da necessidade de apoiar e investir em pequenas obras no mundo rural, como forma de ajudar à coesão territorial do concelho e inverter a tendência da baixa densidade populacional, cada vez maior no mundo rural. No entanto, não deixamos de constatar que todos os apoios concedidos surgem na abrangência de executivos liderados pelo Partido que sustenta a maioria do atual executivo municipal; resta-nos pensar que os executivos liderados nas respectivas juntas de freguesia pelo Partido Socialista não tivessem apresentado qualquer pedido a solicitar o respetivo apoio; já que, pelo conhecimento que temos do concelho este tipo de pequenos investimentos para fazer face a estas necessidades são visíveis em todas as freguesias. Assim, saudamos o executivo municipal pelos apoios concedidos, na esperança que outros serão concedidos para os mesmos fins, ou similares, sejam em territórios liderados por executivos do Partido maioritário ou por executivos de outra cor partidária.”

PONTO 15 - TERRA FRIA CARNES, LDA. – RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO 2013

Em cumprimento do estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo Sr. Presidente, foram presentes o Relatório e Contas e a Certificação Legal de Contas, relativos ao exercício de 2013 da sociedade Terra Fria Carnes, Lda., documentos previamente distribuídos aos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

O Sr. Presidente fez uma apresentação sucinta da evolução desta empresa, nos seguintes termos:

“No seguimento do esforço da gestão no sentido de diminuir as despesas correntes, verifica-se efetivamente um decréscimo global de 21% representando 87.983,26€, justificando-se este pela diminuição dos gastos com o pessoal em 45%.

Globalmente, esta variação resulta cumulativamente do decréscimo de 5.802,37€ nos Fornecimentos e Serviços Externos e da diminuição de 59.907,14€ nos Gastos com o Pessoal, tendo estes últimos sido suportados pela Câmara Municipal desde setembro de 2013 até ao final do ano, sendo

que, na globalidade, se registaram custos operacionais de 326.213,98€ no ano de 2013, comparados com 414.242,89€ no ano de 2012.

Constatou-se um decréscimo no Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas em 16%, resultado direto da diminuição do volume de atividade da empresa em 11%.

No que respeita aos Gastos com o Pessoal verificou-se em decréscimo de 45% devido à internalização do quadro de pessoal na Câmara Municipal de Bragança.

Em termos de amortizações existe um decréscimo de 187,85€, justificado pela amortização total de alguns equipamentos.

Relativamente aos gastos financeiros, verificou-se um decréscimo de 13.534,07€, em 2012, para 10.746,09€, em 2013, ou seja, uma diminuição de 2.787,98€, correspondente a 21%, justificada pela descida das taxas de juro e da progressiva diminuição do capital em dívida.

Ao nível dos Rendimentos, verificou-se uma diminuição no valor de 40.017,76€ correspondente a 12%. Esta variação global é justificada, essencialmente, por uma diminuição das Vendas e Serviços Prestados em 34.399,78€ (11%), devido à variação do preço das peles e ao decréscimo do serviço de abate.

Na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos verifica-se um decréscimo de 7%, visto que no ano de 2013 não houve lugar a imputação de rendimentos relacionados com subsídios ao investimento, na medida em que no ano de 2012 aqueles ficaram completamente amortizados.

No ano de 2013 não foi recebido qualquer tipo de subsídio à exploração.

Os valores transferidos para a empresa durante o exercício de 2013 por parte do seu único sócio, os quais ascenderam, no total, a 85.000,00€, foram-no a título de cobertura de prejuízos incorridos em anos anteriores, sendo certo que os meios financeiros líquidos daí resultantes foram e são essenciais para a concretização do processo de liquidação societária.

Como nota conclusiva da análise económico-financeira da empresa, resulta que no exercício económico de 2013 a empresa teve um Resultado Líquido negativo de (34.563,06€), o que representa uma variação (positiva) de 50.704,91€ em relação ao exercício de 2012, já que o Resultado Líquido desse

exercício ascendeu a 85.267,97€ negativos. Tendo em conta a evolução da conjuntura económico-financeira verificada no decorrer do ano de 2013, em que existe uma perda acentuada no poder de compra das famílias, e dado que a atividade sofre uma forte elasticidade quanto a este fator, pois regista-se uma maior preferência pelas carnes mais baratas de aves e suínos, como tal é perfeitamente justificável uma queda no volume de negócios da empresa. Cumulativamente, a empresa é ainda afetada pelo “efeito fronteira”, devido à permanente entrada no mercado de carcaças provenientes de Espanha, a preços mais competitivos, destinando-se estas ao consumo na região. Este facto afeta a produção pecuária/criadores de bovinos do concelho. No entanto, o facto de esta não ter suportado quaisquer gastos com o pessoal no último trimestre do ano foi decisivo para a melhoria do Resultado Líquido face ao ano de 2012.

Apesar das dificuldades existentes no sector, a empresa, Terra Fria-Carnes Unipessoal, Lda. tem vindo a desempenhar um papel fundamental no apoio à atividade pecuária do concelho, aos agricultores, aos empresários do sector da restauração e salsicharia e também aos consumidores.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com cinco votos a favor e duas abstenções dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo, aprovar o Relatório e Contas, relativo ao exercício de 2013 da sociedade Terra Fria Carnes, Lda.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo

“Os constantes prejuízos apresentados pela Sociedade Terra Fria Carnes, Lda., ao longo dos anos e a constante diminuição do nível dos rendimentos, bem como a contínua injeção de capital pelo seu único sócio, ano após ano, concluímos que, ao nível da gestão desta sociedade, por mais desculpas internas e externas que queiram ser dadas, não cumpriu o seu papel no sentido de otimizar recursos, implementar estratégias de vendas adequadas e procurar mercados para o escoamento dos produtos.

Assim, como não cumpriu na nossa opinião a sua finalidade primeira, de apoiar, incentivar os produtos locais e os agricultores no desenvolvimento da atividade agropecuária do concelho. Resta-nos assim concordar com o processo de liquidação societária que, na nossa opinião, pecou por tardio.

Votamos abstenção.”

Declaração de voto do Sr. Vereador Gilberto Baptista

“Permitam-me referir que a empresa Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda, continua a cumprir com o papel para que foi criada, no entanto e como está explanado no seu relatório de gestão a diminuição da atividade de abate deveu-se à evolução da conjuntura económico-financeira verificada no ano de 2013, a qual originou uma retração do consumo das carnes mais caras como sejam as de bovinos e ovinos, optando as famílias por aumentar o consumo de carnes mais baratas, como sejam as de suínos e de aves.

A utilidade desta unidade para o setor agropecuário do concelho continua a ser fulcral, como o comprovam a qualidade dos serviços que presta os quais são unanimemente reconhecidos pelos agentes da fileira que são seus clientes, desde as associações de produtores, de que destacamos a Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa, até aos pequenos produtores individuais, passando pelas unidades de fabrico de enchidos sejam elas industriais ou artesanais, pelos talhos do concelho de Bragança e de concelhos limítrofes e ainda pelo setor da restauração, destacamos ainda o facto de esta unidade garantir a qualidade da carne consumida por parte dos consumidores finais dado existir um rigoroso cumprimento da legislação que enquadra esta atividade, sendo o carimbo da Terra Fria Carnes reconhecido como uma garantia de qualidade por parte do mercado.

Voto a favor.”

PONTO 16 - MMB – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M. – RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO 2013

Em cumprimento do estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo Sr. Presidente, foram presentes o Relatório e Contas e a Certificação Legal de Contas, relativos ao exercício de 2013 da sociedade MMB - Mercado Municipal de Bragança, E.E.M., documentos previamente distribuídos aos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

O Sr. Presidente fez uma apresentação sucinta da evolução desta empresa, nos seguintes termos:

“Na concretização do seu objetivo, a empresa gere e explora o Mercado Municipal de Bragança nos seguintes âmbitos: Comercialização de espaços livres no Mercado e Gestão diária do funcionamento do Mercado, responsabilizando-se pela gestão de fornecimentos e serviços externos entre outros.

O MMB, E.M. – Em Liquidação, assegura o funcionamento das atividades de todo o mercado (limpeza, manutenção, entre outros) e da integração dos operadores, consubstanciada no recebimento de taxas de utilização mensais.

A atividade operacional do MMB, E.M. – Em Liquidação, assenta na cedência de utilização de espaços comerciais para o exercício de atividades. Com a conclusão do processo de liquidação da sociedade, esta atividade será internalizada pela Câmara Municipal de Bragança.

No exercício de 2013 e no decorrer do processo de liquidação do MMB, os colaboradores da entidade foram requisitados pela CMB ao abrigo do artigo 58.º da Lei nº 12-A/2007 (cedência por Interesse Público), cabendo a esta última a responsabilidade de suportar os salários dos mesmos. Os gastos com pessoal registados pelo MMB no exercício de 2013 apenas refletem os salários suportados pela entidade até ao momento da cedência.

No decurso do exercício de 2013, a Empresa não efetuou qualquer investimento em ativos fixos tangíveis ou intangíveis.

No exercício de 2013 foram liquidadas duas prestações do empréstimo a longo prazo no valor de €130.070, assim como os respetivos juros e serviços bancários no valor de €13.484. O capital inicial em dívida referente ao empréstimo a médio e longo prazo contratualizado em 22 de outubro de 2003 era de €1.750.000, enquanto em 31 de dezembro de 2013 é de €684.561.

No exercício de 2013 não se verifica uma pequena redução nas Prestações de Serviços. Na estrutura de Gastos, as principais variações verificam-se ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos (aumento de 19%) e dos Gastos com Pessoal que registaram uma diminuição de €14.037 como resultado da cedência de trabalhadores à CMB. Outro facto relevante no exercício prende-se com o reconhecimento de perdas por imparidade de

clientes, cuja recuperabilidade do crédito se afigura pouco provável. Os Resultados Operacionais apresentam um valor negativo de €43.619.

No que respeita à posição financeira, pode observar-se no Balanço da entidade que de 2012 para 2013, ocorreu uma diminuição no passivo de €183.582. A situação financeira da empresa mantém ainda algum desequilíbrio originado pelas dívidas a terceiros sobretudo a instituições de crédito e a fornecedores. Relativamente ao Capital Próprio, o aumento registado no exercício de 2013 deriva de uma transferência efetuada pela CMB no montante de €160.000, a título de cobertura de prejuízos de exercícios anteriores.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor e três abstenções dos Srs. Vereadores Victor Pereira, Humberto Rocha e André Novo, aprovar o Relatório e Contas, relativo ao exercício de 2013 da sociedade MMB - Mercado Municipal de Bragança, E.E.M..

Declaração de voto dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo

“O desequilíbrio financeiro da empresa, bem como a necessidade de se proceder à sua liquidação, revela bem o descalabro a que chegou a sociedade Mercado Municipal de Bragança, E.E.M.

A aposta falhada da transferência do antigo mercado municipal do centro da cidade para o presente local, alterando hábitos enraizados de dezenas de anos, deslocalizando um serviço que ajudava a dar vida ao centro da cidade, que constituía uma fonte de escoamento dos produtos agrícolas, que fazia parte da memória coletiva de todos os brigantinos, revelou-se um erro colossal e estratégico dos anteriores executivos, liderados pelo PSD do Eng.º Jorge Nunes.

Com esta obra, falhada, foi criado um dos elefantes brancos, consumidores de recursos materiais e humanos que, no futuro, poderão à semelhança de outras trazer graves consequências financeiras para o município de Bragança. Assim, esta liquidação nunca existiria se nunca tivesse existido esta obra que para satisfazer egos megalómanos de alguns, irá criar angústias a este e a futuros executivos.

Votamos abstenção.”

Declaração de voto do Sr. Presidente

“O equipamento, cumpre a função para o qual foi construído e não representa de forma alguma nenhum elefante branco, uma vez que a atividade desenvolvida e a satisfação dos lojistas e clientes o evidenciam claramente”

PONTO 17 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2013 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento do estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo Sr. Presidente da Câmara, foram presentes, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2013, previamente distribuídos aos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001, do Tribunal de Contas.

Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os mapas dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

O Balanço do ano de 2013 apresenta um ativo líquido no valor de 209.133.741,08 euros, registando os fundos próprios e o passivo igual montante. A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 28.148.588,81 euros e proveitos no montante de 30.341.536,99 euros, originando um resultado líquido do exercício positivo de 2.192.948,18 euros.

No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2013, os seguintes valores:

Um total de recebimentos no valor de 39.182.552,18 euros, que compreendem 1.479.374,95 euros do saldo da gerência anterior, 36.123.602,24 euros de receita orçamental (receitas correntes no montante de 26.362.093,72 euros, receitas de capital no montante de 9.757.029,20 euros e o valor de 4.479.32 euros relativo a outras receitas) e 1.579.574,99 euros, de operações de tesouraria.

Foram efetuados pagamentos no valor total de 37.121.555,75 euros, correspondendo 35.540.836,69 euros a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 19.716.908,51 euros e 15.823.928,18 euros de despesas de capital), e 1.580.719,16 euros, relativos a operações de tesouraria.

Estes valores evidenciam um saldo de 2.060.996,43 euros, a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 743.933,37 euros referente à execução orçamental e 1.317.063,06 euros, referente a operações de tesouraria.

Assim, propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 2.192.948,18 euros, seja aplicado da seguinte forma: constituição de reservas legais no valor de 109.647,41 euros e o restante no valor de 2.083.300,77 euros, para reforço do Património.

De seguida o Sr. Presidente procedeu à apresentação do documento de forma sucinta:

APRESENTAÇÃO

“Em cumprimento do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações que lhe foram introduzidas, apresenta-se os documentos que integram a Prestação de Contas do Município de Bragança, relativos ao ano de 2013. O Relatório de Gestão procura clarificar

quanto às origens das receitas e natureza das despesas do Município de Bragança, bem como o enquadramento face à sua situação económica e financeira.

São, igualmente, apresentadas as Contas Consolidadas (Relatório e Mapas de Prestação de Contas) do Município de Bragança que, juntamente com as contas individuais, foram objeto de auditoria e certificação legal por parte de uma sociedade de revisores oficiais de contas.

Da análise aos documentos atrás enunciados e pese embora o facto de o contexto macroeconómico verificado em 2013 se continuar a apresentar desfavorável, o Município de Bragança apresenta resultados positivos, os quais evidenciam o esforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos. Para isso contribuíram as medidas impostas pelo Executivo Municipal que, face ao agravamento da crise financeira que o País atravessa e à substancial quebra das receitas provenientes da participação dos municípios nos impostos diretos do Estado, continuou a aplicar cortes nas despesas que representavam desperdício e inadequada gestão dos recursos, nomeadamente materiais e financeiros. Deste modo, garantiu-se o cumprimento na adequação dos compromissos assumidos face aos recursos financeiros disponíveis.

Em termos genéricos e de um modo sintetizado, refere-se os principais resultados:

O Município de Bragança apresenta uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança líquida, face às dotações corrigidas de 89,91%;

As receitas (brutas) de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as previsões corrigidas de 66,18% e 104,65%, respetivamente;

O acréscimo da receita corrente de 18,84%, face ao ano de 2012. Este crescimento advém essencialmente de receitas fiscais, nomeadamente por força do aumento dos impostos diretos (IMI e IMT); das transferências correntes (FEF corrente) e, ainda, da venda de bens e serviços correntes que registam, face ao ano anterior, um crescimento de 10,65%;

A receita de capital, inferior em 19,40% relativamente a 2012, ou seja, cerca de 2,3 milhões de euros tem, fundamentalmente, origem na variação negativa das transferências de capital (FEF de capital e apoios comunitários);

As despesas de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as dotações corrigidas de 88,31% e 88,87%, respetivamente;

As despesas realizadas com pessoal atingiram cerca de 6,6 milhões de euros, representando um aumento face a 2012 de 11,89%, ou seja, de 0,7 milhões de euros. Este comportamento é justificado pela imposição legal na reposição do subsídio de férias, bem como pelo aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações em 5%. As despesas com pessoal representam 34% das despesas correntes e 18,67% das despesas totais;

As despesas com a aquisição de bens e serviços e juros e outros encargos decresceram, face a 2012, 3,39% (i.e. 0,4 milhões de euros) e 31,99% (i.e. cerca de 80 mil euros), respetivamente;

Os passivos financeiros reduziram, comparativamente a 2012, 21,89%, ou seja, cerca de 0,3 milhões de euros;

A aquisição de bens de investimento, transferências de capital e ativos financeiros cresceu, face ao ano anterior, 5,8%, ou seja, 0,8 milhões de euros; Constatou-se que as receitas correntes superaram em 6,6 milhões de euros as despesas correntes, suportando uma fatia significativa do investimento;

A concretização de um prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF) inferior a 60 dias, objetivo proposto e atingido;

A redução da dívida a terceiros, relativamente a 2012, em 4,72%, ou seja, em 0,6 milhões de euros. Em 31.12.2013 a dívida de médio e longo prazos fixou-se em 6,7 milhões de euros (-7,18% face a 2012) e a dívida de curto prazo fixou-se em 5 milhões de euros (1,19 % face a 2012);

O cumprimento dos limites, face à capacidade de endividamento, impostos pela lei em vigor. A situação do Município de Bragança (incluindo o SEL), face aos limites de endividamento de médio e longo prazo, ainda detém uma margem disponível de 11,8 milhões de euros e face aos limites de endividamento de curto prazo ainda detém uma margem disponível de 1,2 milhões de euros;

Em termos patrimoniais o Balanço da Autarquia sofreu um incremento global de 4,3 milhões de euros, ou seja, 2,13% face a 2012;

O resultado líquido do exercício económico de 2013 é de 2,2 milhões de euros;

Deu-se cumprimento ao objetivo de redução do número de trabalhadores, imposto pela Lei do Orçamento de Estado. Em 31 de dezembro de 2013 o número de trabalhadores do Município de Bragança fixava-se em 363, ou seja, menos 10 efetivos do que em 31 de dezembro de 2012.

Apesar das dificuldades, quer ao nível dos sacrifícios impostos por via dos cortes salariais e aumento da carga fiscal por parte da administração central, quer pelo facto de o ano 2013 ter sido um ano atípico devido à necessidade de mudança dos serviços para os novos edifícios sede do Município, com todos os problemas e constrangimentos inerentes a este processo, quero deixar uma palavra de apreço e reconhecimento a todos os trabalhadores e dirigentes do Município pela atitude de elevado sentido de responsabilidade manifestada, tendo colocado o seu total empenho e dedicação para que o relacionamento e o atendimento aos cidadãos não tivesse sido minimamente afetado, cumprindo os objetivos definidos.

Também uma palavra de agradecimento a todos aqueles que contribuíram para os resultados alcançados, nomeadamente os que mais diretamente se relacionaram com o Município: Presidentes das Juntas de Freguesia, elementos essenciais no processo de desenvolvimento do concelho, sempre com uma atitude positiva na defesa dos interesses das populações, cuja colaboração com o Município se revelou profícua; às Instituições com as quais mantivemos uma relação de proximidade, aos prestadores de serviços e fornecedores de bens e às empresas.”

Após a apresentação, o Sr. Presidente, colocou o assunto à discussão e votação, tendo os Srs. Vereadores, apresentado as seguintes declarações de voto:

Declaração de voto do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“Estes documentos refletem perspetivas de gestão distintas das que eu defendo para este município, pelo que não posso em consciência dar o meu aval.

Solicito também à semelhança do que fiz no ano anterior, que nos sejam sempre fornecidos com maior antecedência, considerando que a prestação de contas é constituída por documentos muito extensos apenas um fim de semana para a sua análise é pouco tempo.

Gostaria que no próximo ano os documentos fossem entregues mais atempadamente, de forma a permitir uma análise mais profunda, e poder votar favoravelmente.”

Declaração de voto dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo

“Após uma leitura breve, o mais atenta possível, já que a manifesta falta de tempo para preparar tão responsável tarefa que constitui a análise dos Relatórios de Contas 2013, bem assim como os Relatórios de Contas das extintas empresas municipais Mercado e Terra Fria Carnes e outros documentos, concluimos o seguinte:

O aumento das receitas correntes deve-se ao aumento significativo dos impostos diretos de cerca de 20,31% em relação ao ano de 2011 e 2012, passando de 4.492.335,52 euros e 4.615.122,54 euros para 5.552.245,80 euros, como refere o quadro n.º 5 da página 19, o que demonstra bem o agravamento dos impostos municipais sobre imóveis e o imposto sobre transmissões onerosas de imóveis, contrariando a propagandeada descida da taxa de IML, como o executivo de então nos fez crer.

Assim como a venda de bens e serviços correntes como água, recolha de resíduos, eletricidade passaram de 5.177.726,17 euros de receita em 2012, para 5.729.289,19 euros, o que perfaz um aumento de 10,65%, com certeza refletido nos bolsos dos munícipes que se queixam dos contínuos aumentos das tarifas de água e resíduos.

Já na rubrica taxas multas e outras penalidades, houve um agravamento de cerca de 22,35% de 2011 para 2012, passou de 958.277,16 euros para 1.172.407,99 euros; e cerca de 14,01% de 2012 para 2013, passando de 1.172.407,99 euros para 1.336.695,81 euros.

Daqui se concluiu que o aumento das receitas correntes se deve essencialmente ao esforço dos munícipes que ano após ano são levados a pagar mais, através do aumento dos impostos e também das taxas, multas e tarifas, que o município vem praticando.

Aliás, estas receitas, transferências correntes, juntamente com as de capital provenientes essencialmente de apoios comunitários, constituem o grosso da estrutura da receita, segundo o documento distribuído, sendo responsáveis por 73,74% dos fundos do orçamento da receita.

Assim, e a continuar a diminuição “abrupta” das receitas de capital, podemos estar perante um cenário de hipotéticos aumentos das receitas correntes nas suas várias vertentes, dando continuidade ao aumento significativo da carga fiscal sobre os munícipes, como é referido na pág. 35 deste documento “em trâmites financeiros houve um acréscimo significativo das receitas fiscais e das receitas próprias de financiamento o que provoca um efeito positivo na dita, saúde financeira”.

Estamos pois perante um documento iminente técnico que reflete bem as orientações políticas que os anteriores executivos tiveram ao longo dos diversos mandatos, sobre as quais sempre manifestámos o nosso desacordo.

Assim, não tendo diretamente qualquer responsabilidade executiva no plasmado no documento, votamos abstenção.”

Declaração de voto do Sr. Presidente

“Esta análise dos Srs. Vereadores à questão dos impostos não reflete a decisão do atual executivo municipal, a deliberação tomada nesta matéria já com o atual executivo, só irá ter reflexo na prestação de contas de 2014.

O aumento que refere tem a ver com a atualização do valor patrimonial, efetuada pelo Serviço de Finanças, nas quais o executivo não tem intervenção.

Quando foi deliberada a descida das taxas do IMI foi uma atitude positiva.

Sobre o aumento da rubrica – multas e penalidade, esta aplicação decorre da lei, pelo que não conseguimos controlar as decisões dos munícipes.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs. Presidente e Vereadores Paulo Xavier, Cristina Figueiredo e Gilberto Baptista, duas abstenções dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo e um voto contra do Sr. Vereador Humberto Rocha, aprovar o Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de exercício de 2013, bem como aprovar a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada

pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, submetem-se, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas e a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2013, respetivamente.

PONTO 18 - PROPOSTA DA QUINTA MODIFICAÇÃO – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA; PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA; PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; E PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO 2014

Pelo Departamento de Administração Geral e Financeira foi presente a Primeira Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais para o ano de 2014.

As revisões ao Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e ao Plano de Atividades Municipais (PAM) encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

A proposta agora apresentada, de revisão, na ótica da Receita, tem por base:

1. A incorporação do Saldo da Gerência relativo ao exercício de 2013 no valor de 743 900,00 euros.

Na ótica da Despesa, tem por base:

1. O reforço, no montante de 100 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/020201 - Aquisição de Serviços (Encargos de Instalações);

2. O reforço, no montante de 153 900,00 euros, da dotação da rubrica 0501/020225 - Aquisição de Serviços (Outros Serviços);

3. O reforço, no montante de 270 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030301 associada ao projeto do PPI n.º 7/2008 – Passeios Diversos na Cidade;

4. O reforço, no montante de 50 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/080701 associada ao projeto do PAM n.º 6/2007 – Apoio à Construção e Conservação de Equipamento de Instituições e Outras do Interesse do Concelho;

5. O reforço, no montante de 110 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/08050102 associada ao projeto do PAM n.º 7/2007 – Apoio à Construção de Centros de Convívio (Freguesias);

6. O reforço, no montante de 60 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/080701 associada ao projeto do PAM n.º 10/2007 – Apoio à Construção de Centros Sociais e Paroquiais.

Assim, o Orçamento para o ano Económico de 2014, teve um aumento de 743 900,00 euros, quer na Receita quer na Despesa e apresenta um valor total de 34 611 700,00 euros. O PPI teve um aumento de 270 000,00 euros passando a dotação global a ser de 7 862 700,00 euros. O PAM teve um aumento de 220 000,00 euros passando a dotação global a ser de 1 846 900,00 euros.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do ANEXO I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a sua aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para aprovação da Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais para o ano de 2014, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a informação da Divisão de Administração Financeira.

PONTO 19 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO ANO DE EXERCÍCIO DE 2013

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Financeira:

“O n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais (LFL), estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na Lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos*

anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo”.

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal, no n.º 2 que “*Os procedimentos contabilísticos para consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL*”, facto até à data ainda não concretizado.

Considerando, assim, a necessidade de consolidar contas, resultante de imperativo legal, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada (artigo 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “*Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo*”.

Refere o artigo 5.º da mesma norma legal, (regime transitório) que até à publicação da norma de consolidação de contas previstas nos planos setoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente Portaria.

Face à necessidade de aplicação deste regime pelos municípios portugueses de forma coerente, harmoniosa e comparável, e considerando as lacunas existentes na articulação dos vários normativos, Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010, foram emanadas pelo grupo SATAPOCAL em maio de 2011 um conjunto de instruções que visam permitir a articulação dos vários regimes.

Dada a impossibilidade da consolidação de contas do exercício de 2010, pelos motivos identificados, o ano de 2011 foi considerado como “ano zero”.

Assim e em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 46.º e n.º 2 do artigo 47.º, ambos da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais (LFL), é presente a consolidação de contas do Município e certificação legal de contas consolidadas do ano de 2013.

Após análise e discussão, foi deliberado, aprovar com quatro votos a favor, dos Srs. Presidente e Vereadores Paulo Xavier, Cristina Figueiredo e Gilberto Baptista, duas abstenções dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André

Novo e um voto contra do Sr. Vereador, Humberto Rocha, a proposta do Documento de Consolidação de Contas, relativo ao ano de exercício de 2013.

Mais foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, submete-se, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, o Documento de Consolidação de Contas, relativo ao ano de exercício de 2013.

Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“Sobre a adjudicação à empresa “Fátima Pereira & Carlos Duarte - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”, existem no Concelho de Bragança empresas de Revisores Oficiais de Contas que podem prestar este serviço à Câmara Municipal.

Solicito, ainda, listagem de todos os processos e serviços prestados pela Sociedade de Advogados, Dr. Luís Filipe Chaveiro e pelo Consultor jurídico, Dr. Leonel Gonçalves.”

Intervenção dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“No documento apresentado com o título “Município de Bragança – Relatório e Contas Consolidadas 2013”, na página 24, no último parágrafo é escrito o seguinte que passamos a citar: “As provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso/processos instaurados contra o Município de Bragança que se encontram pendentes em 31 de Dezembro de 2013 – sobre os quais coube recursos para os tribunais competentes – o valor global considerado previsível é de 9.714.178,45 euros.” Que processo são estes que se encontram pendentes, sobre os quais o Município apresentou recursos para os tribunais competentes?

Intervenção do Sr. Presidente, em resposta aos Srs., Vereadores

Sobre a adjudicação à empresa “Fátima Pereira & Carlos Duarte - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”, este assunto já foi presente numa Reunião de Câmara anterior, na qual o Sr. Vereador não esteve presente e foi

deliberado renovar o contrato com esta empresa, estando o mesmo sujeito à redução remuneratória nos termos legais.

Relativamente à listagem, solicitada, da Sociedade de Advogados, Dr. Luís Filipe Chaveiro, a mesma já foi entregue também numa reunião anterior na qual o Sr. Vereador, Humberto Rocha, também não esteve presente.

No entanto em próxima Reunião de Câmara, será entregue a listagem de todos os processos e serviços prestados pelos consultores jurídicos, Dr. Luís Filipe Chaveiro e Dr. Leonel Gonçalves.

Quanto às provisões para riscos e encargos que respeitam a processos judiciais em curso/processos instaurados contra o Município de Bragança que se encontram pendentes em 31 de Dezembro de 2013, as mesmas constavam da listagem já fornecida relativamente à Sociedade de Advogados, Dr. Luís Filipe Chaveiro, na sequência do solicitado.

PONTO 20 - AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Pelo Sr. Presidente, foi presente o Relatório de Análise Económico – Financeira e Certificação Legal de Contas do ano de 2013, previamente distribuídos pelos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, elaborados pela empresa de auditoria externa, Fátima Pereira & Carlos Duarte, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido do n.º 2 do artigo 47.º e da alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 47.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, do referido Diploma, remete os documentos à Assembleia Municipal.

DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PONTO 21 - CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DE RIO DE ONOR

Pela Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social, foi presente a seguinte informação:

“Concessão do Direito de Exploração do Parque de Campismo de Rio de Onor, situado em Rio de Onor, Concelho de Bragança, e onde solicita autorização para abertura do concurso Público, bem como a aprovação do Programa de Concurso, Caderno de Encargos e constituição do respetivo Júri, que a seguir se transcrevem:

PROGRAMA DO CONCURSO

CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DE RIO DE ONOR

1. Objecto do Concurso

1.1. O presente concurso tem por objeto a concessão do direito de exploração do **PARQUE DE CAMPISMO DE RIO DE ONOR**, situado em Rio de Onor, Concelho de Bragança.

2. Entidade Adjudicante

2.1. A entidade pública contratante é o Município de Bragança com sede no Forte S. João de Deus, 5300-263 Bragança, com o número de telefone 273304200, fax 273304299 e endereço eletrónico geral@cm-braganca.pt

3. Valor Base do Procedimento

3.1. O valor base do procedimento, correspondente à estimativa de mercado para a renda devida pela concessão do direito de exploração do espaço em causa, relativo aos meses de funcionamento do parque de campismo é de 300,00€ (trezentos euros) por ano.

4. Concorrentes

4.1. Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

5. Critérios de Adjudicação

5.1. A adjudicação da concessão do direito de exploração do parque de campismo será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, tendo em conta os seguintes fatores de ponderação:

- a) Plano de dinamização e divulgação do Parque de Campismo – 65%;
- b) Preço proposto, mais elevado, para o período de concessão – 35%;

5.2. A entidade pública contratante reserva-se o direito de não adjudicação caso todas as propostas apresentadas não correspondam convenientemente à finalidade do concurso, ou caso, após ponderação dos fatores de adjudicação, conclua que as propostas apresentadas não são vantajosas.

6. Apresentação de Propostas

6.1. A entrega das propostas, em carta fechada, deverá ser efetuada até ao dia 12 de maio de 2014.

6.2. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser entregues diretamente na Divisão Administrativa e Financeira do Município de Bragança, entre as 9:00 horas e as 17 horas, ou enviadas por correio registado, desde que a receção ocorra dentro do prazo fixado no número anterior.

6.3. As propostas, e os documentos que as acompanhem, deverão ser apresentadas em envelope opaco em cujo rosto se escreverá "*Proposta*", dirigido ao Presidente do Júri do Concurso, em cujo rosto deverá mencionar-se ainda a designação "Concurso da Concessão do Parque de Campismo de Rio de Onor".

7. Caderno de Encargos e Pedidos de Esclarecimentos

7.1. Os interessados podem solicitar o caderno de encargos e outros esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação do concurso até ao último dia de entrega das propostas.

7.2. Os interessados podem, mediante solicitação junto dos serviços competentes da Câmara Municipal de Bragança, efetuar uma visita ao espaço a concessionar no dia 05 de maio pelas 10h00.

8. Apresentação das Propostas

8.1. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar a concessão e indica as condições em que se propõe fazê-lo, nomeadamente a adequação da proposta às condições definidas no caderno de encargos.

8.2. Na proposta o concorrente deve indicar também a quantia pecuniária anual que se propõe a pagar pelo direito de concessão.

8.3. A quantia referida no ponto anterior deve ser indicada em algarismos e por extenso, sem incidência de IVA.

8.4. O valor referente ao IVA, é da responsabilidade do concessionário e é calculado tendo por base o valor da adjudicação.

8.5. As propostas devem conter:

- a) Projeto de atividades a desenvolver durante o período concessionado com a respetiva calendarização;
- b) Procedimentos a desenvolver para melhor divulgar o Parque de Campismo;
- c) Indicação do número de trabalhadores a afetar ao funcionamento do Parque de Campismo;
- d) Curriculum individual do concorrente ou da empresa com o respetivo alvará de licenciamento;

8.6. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.

8.7. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data limite para a sua entrega.

9. Documentos que acompanham a Proposta

9.1. A proposta deve ser acompanhada:

a) De declaração na qual os concorrentes indiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte, número do bilhete de identidade ou de pessoa coletiva, estado civil e domicílio ou, no caso de pessoa coletiva, a denominação social, número de pessoa coletiva, sede, filiais que interessem à execução do contrato, objeto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, conservatória do registo comercial onde se encontra matriculada e o seu número de matrícula nessa conservatória, conforme modelo constante do anexo I ao presente programa de concurso;

b) De declaração emitida conforme modelo constante do anexo I ao presente programa de concurso;

10. Abertura de Propostas

10.1. O ato público de abertura das propostas será efetuado no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, pelas 10h00 horas do dia útil imediato à data limite para apresentação de propostas, perante os concorrentes e o júri nomeado para o efeito.

11. Constituição do Júri

11.1. A entidade adjudicante designará o júri constituído por três elementos para proceder à abertura das propostas e preparar os demais procedimentos com vista à adjudicação.

11.2 Composição e identificação do júri:

Presidente: Gilberto Baptista, Vereador a tempo inteiro

Vogais efetivos: João Cameira, Chefe da Divisão de Promoção e Desenvolvimento Económico e Social que substitui o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos e Eurico Moreno, técnico superior.

Vogais suplentes: Rafael Correia, técnico superior e Alexandre Chaves, técnico superior.

12. Admissão de Concorrentes

12.1. São excluídos os concorrentes:

- a) Cujas propostas não sejam recebidas no prazo fixado;
- b) Não instruem as propostas com os documentos exigíveis;
- c) Na documentação apresentada seja omitido qualquer dado exigido.

13. Admissão das Propostas

13.1 São excluídas as propostas que:

a) Não contenham os elementos exigidos nos termos do disposto no número 8.

14. Escolha do Adjudicatário

14.1 Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, a Câmara Municipal de Bragança, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, escolhe o adjudicatário.

15. Notificação da Adjudicação

15.1 Nos dois dias posteriores à respetiva decisão, todos os concorrentes são notificados do ato de adjudicação.

16. Anulação da Adjudicação

16.1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:

- a) Não entregue a documentação que lhe seja exigida nos termos do disposto no número 21;
- b) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato.

16.2. Nos casos previstos no número anterior, a entidade pública contratante pode decidir pela adjudicação ao concorrente classificado em segundo lugar.

17. Causas de Não Adjudicação

17.1. Há lugar à não adjudicação nos seguintes casos:

a) Quando todas as propostas apresentadas sejam consideradas inaceitáveis pela Câmara Municipal de Bragança;

b) Quando houver forte presunção de conluio entre os concorrentes, nos termos do disposto no artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

17.2. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão.

18. Aceitação da Minuta do Contrato

18.1. A minuta do contrato é enviada para aceitação e considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

19. Reclamações Contra a Minuta

19.1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso.

19.2. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de dez dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a defere se nada disser no referido prazo.

20. Celebração de Contrato Escrito

20.1. O contrato será celebrado no prazo de cinco dias a contar da decisão da adjudicação ou da reclamação, sendo previamente comunicado ao adjudicatário a data, hora e local em que se celebra o contrato.

21. Prova de Declarações

21.1 A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.

21.2. No prazo fixado na notificação do ato de adjudicação, pode a entidade adjudicante exigir a entrega de documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, apresentando o adjudicatário, nesse caso, certidões emitidas pelas autoridades competentes.

21.3. A não apresentação pelo concorrente ou adjudicatário dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente artigo, por motivo que lhe seja imputável, determina, a exclusão do procedimento ou a anulação da adjudicação, consoante o caso.

22. Falsidade de Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsidade de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

23. Anulação do Procedimento

23.1. A Câmara Municipal de Bragança pode, em qualquer momento, anular o presente concurso quando:

a) Por circunstância imprevisível seja necessário alterar os elementos fundamentais dos documentos que servem de base ao concurso;

b) Outras razões supervenientes e de manifesto interesse público o justifiquem.

23.2. A decisão de anulação do concurso é fundamentada e publicitada nos mesmos termos em que foi publicitada a sua abertura.

23.3. Os concorrentes que, entretanto, tenham apresentado propostas são notificados dos fundamentos da decisão de anulação do concurso e, ulteriormente, da abertura de novo concurso.

24. Legislação Aplicável

Em tudo o omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e restante legislação aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS

Artigo 1.º

(Objeto da Concessão)

1. O presente caderno de encargos visa estabelecer as regras essenciais da concessão do direito de exploração do **PARQUE DE CAMPISMO DE RIO DE ONOR**.

2. O referido empreendimento turístico fica localizado na aldeia de Rio de Onor, Concelho de Bragança.

Artigo 2.º

(Prazo de concessão)

O direito de exploração do *Parque de Campismo* é concedido pelo período de 19 de maio de 2014 a 15 de dezembro de 2015, prorrogável por iguais períodos por acordo de ambas as partes.

Artigo 3.º

(Período de funcionamento)

O período de funcionamento do *Parque de Campismo* é permanente de 15 de maio a 15 de setembro em cada ano.

Artigo 4.º

(Tipo de utilização)

O Parque de Campismo destina-se exclusivamente a albergar o público em geral, portador de material e equipamento necessários à prática do campismo e caravanismo.

O concessionário obriga-se a aplicar as taxas municipais previstas na Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Bragança.

Artigo 5.º

(Direitos do concessionário)

Constituem direitos do concessionário, designadamente:

- a) Explorar o *Parque de Campismo*; em regime de exclusivo;
- b) Receber as prestações devidas pelos utentes do *Parque de Campismo*;
- c) Utilizar os bens do Município afetos ao *Parque de Campismo* no desenvolvimento da atividade concedida.

Artigo 6.º

(Deveres do Concessionário)

Constituem obrigações do concessionário, designadamente:

- a) Assegurar a continuidade da exploração do *Parque de Campismo*, durante todo o período de funcionamento; sendo proibida qualquer forma de transmissão da respetiva posição a terceiros;
- b) Respeitar o princípio do livre acesso ao *Parque de Campismo*;
- c) Assegurar o serviço de receção, nos termos legal e regulamentarmente estabelecidos, para este tipo de empreendimento turístico;
- d) Ter sempre disponível o equipamento de primeiros socorros;

- e) Facilitar às autoridades competentes o acesso ao empreendimento e o exame de documentos, livros e registos diretamente relacionadas com a atividade turística;
- f) Elaborar o regulamento interno do *Parque de Campismo*;
- g) Cumprir com todas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ao funcionamento dos parques de campismo rurais, designadamente, as constantes do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, republicado pelo Decreto-Lei 15/2014, de 23 de janeiro e da Portaria n.º 1320/2008, de 17 de novembro;
- h) Informar o Município de qualquer circunstância que possa condicionar o normal desenvolvimento da atividade concedida;
- i) Fornecer ao Município qualquer informação ou elaborar relatórios específicos sobre aspetos relacionados com a execução do contrato, desde que solicitados por escrito;
- j) Enviar relatório de atividades e financeiro, bem como registo de utentes com dias de estadia e nacionalidades, até ao dia 15 de dezembro do ano respeitante.

Artigo 7.º

(Bens afetos à concessão)

1. À concessão corresponde o *Parque de Campismo*, que integra os bens móveis e imóveis afetos àquele e os direitos e obrigações destinados à realização da atividade.
2. Consideram-se afetos à concessão todos os bens existentes à data de celebração do contrato, assim como os bens a criar, construir, adquirir ou instalar pelo concessionário em cumprimento do mesmo, que sejam indispensáveis para o adequado desenvolvimento da atividade concedidas, independentemente de o direito de propriedade pertencer ao Município, ao concessionário ou a terceiros.
3. É da responsabilidade do concessionário a aquisição de equipamento necessário ao funcionamento e manutenção do *Parque de Campismo*.
4. O concessionário só pode onerar bens do Município afetos à concessão mediante autorização.

5.O concessionário só pode alienar ou onerar bens próprios essenciais ao desenvolvimento da atividade concedida mediante autorização do Município, que deve salvaguardar a existência de bens funcionalmente aptos à prossecução daquela atividade.

Artigo 8.º

(Promoção e dinamização)

A entidade concessionária deverá desenvolver, com recurso aos seus próprios meios, durante o período concessionado, atividades de promoção e dinamização do parque de campismo.

Artigo 9.º

(Consumos de eletricidade e água)

A eletricidade e a água para uso/funcionamento do *Parque de Campismo* são da responsabilidade da entidade concessionária.

Artigo 10.º

(Conservação e manutenção de instalações/segurança)

É da inteira responsabilidade da entidade concessionária:

- a) A manutenção em bom estado de funcionamento de todas as instalações e equipamentos do empreendimento, efetuando as obras de conservação e manutenção necessárias, tendo em vista o cumprimento dos requisitos gerais de instalação, bem como os requisitos obrigatórios comuns em matéria de segurança, higiene e de saúde pública;
- b) A limpeza diária de todos os espaços atinentes ao *Parque de Campismo*, bem como, a preservação dos espaços interiores e exteriores da área concessionada.

Artigo 11.º

(Pessoal)

1. A concessionária empregará pessoal qualificado à medida das necessidades dos espaços e do serviço a prestar.
2. O *Parque de Campismo* deve dispor de um responsável, nomeado pela entidade concessionária, a quem cabe zelar pelo seu funcionamento e nível de serviço.

Artigo 12.º

(Resolução do contrato)

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e do direito de indemnização, nos termos gerais, o Município pode resolver o contrato quando se verifique:

- a) Desvio do objeto da concessão;
- b) Cessação ou suspensão, total ou parcial, pelo concessionário da exploração do *Parque de Campismo*;
- c) Ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento pelo concessionário da atividade concedida, em termos que possam comprometer a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pela lei, no que diz respeito ao funcionamento, limpeza, manutenção e preservação do *Parque de Campismo*.

2. A resolução do contrato determina a reversão imediata dos bens do Município.

Artigo 13.º

(Efeitos da extinção do contrato no termo previsto)

1. No termo do contrato, não são oponíveis ao Município os contratos celebrados pelo concessionário com terceiros para efeitos do desenvolvimento das atividades concedidas.

2. No termo da concessão, reverterem gratuitamente para o Município todos os seus bens que integram o estabelecimento da concessão, obrigando -se o concessionário a entregá-los em bom estado de conservação e funcionamento, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso para efeitos de execução do contrato.

Artigo 14.º

(Disposições finais)

Anualmente a entidade concessionária apresentará ao Município, no prazo que lhe vier a ser fixado, um relatório de atividades, tendo em conta a avaliação dos serviços prestados aos utilizadores do *Parque de Campismo*.

Artigo 15.º

(Casos Omissos)

Os casos omissos ao presente caderno de encargos serão resolvidos pela Câmara Municipal de Bragança.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, autorizar abertura do concurso Público, bem como aprovar o Programa de Concurso, Caderno de Encargos e aprovar a constituição do respetivo Júri, de acordo com a informação da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social.

PONTO 22 - TABELA DE PREÇOS 2014 - MATADOURO MUNICIPAL

Considerando que, se encontra em curso a dissolução, liquidação e internalização das atividades da empresa Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda., liquidação do passivo da empresa a fornecedores, transferência do passivo à banca e do ativo da empresa para o Município e internalização de todas as suas atividades nos serviços do Município, acompanhada do respetivo Plano de Internalização, aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 22 de fevereiro de 2013, sob proposta da Câmara Municipal de Bragança, impõe-se assim, proceder à elaboração e aprovação da Tabela de Preços a praticar pelo Matadouro Municipal, com entrada em vigor a partir da data de conclusão da liquidação.

Considerando que, o n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) estabelece que, os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, pelos serviços municipalizados e por empresas locais, não devem ser inferiores aos custos, direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.

Neste sentido e para cumprimento do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foram apurados os custos, direta e indiretamente suportados com os serviços prestados no Matadouro Municipal, garantindo que os preços propostos não são inferiores àqueles custos.

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras, pelo que se propõe para aprovação da Exa. Câmara Municipal, a Tabela de Preços para 2014 - Matadouro Municipal, previamente distribuída por todos os

membros do Executivo, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

PONTO 23 - ISENÇÃO AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 2013/2014

Pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social foi presente a seguinte informação:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre ao Serviço de Educação e Ação Social (SEAS) – Divisão de Educação, Cultura e Ação Social (DECAS) informar:

Em resposta ao requerimento que deu entrada na DECAS para análise e informação, o SEAS efetuou análise documental e realizou atendimento social de modo a comprovar a situação de vulnerabilidade e carência económica do respetivo agregado familiar.

Face ao exposto, propomos o deferimento relativamente aos pedido de isenção do pagamento da modalidade de refeição e suplemento alimentar da aluna: **Catarina Alexandra Ferreira Lopes** (2.º ano, Centro Escolar de Santa Maria_AE.Miguel Torga).

Em conformidade com o artigo 33.º (competências materiais), n.º1, alínea hh) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, *Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes* e atendendo ao facto desta competência não poder ser delegada no respetivo presidente, tal como consta do artigo 34.º, n.º 1 do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência do órgão Câmara Municipal deliberar sobre o pedido de apoio solicitado.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social.

PONTO 24 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS ABADE DE BAÇAL, EMÍDIO GARCIA E MIGUEL TORGA, A ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E O TEATRO DE ESTUDANTES DE BRAGANÇA

Pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social foi presente o seguinte protocolo de Cooperação:

“O Município de Bragança, Pessoa Coletiva n.º 506 215 547, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hernâni Dinis Venâncio Dias, o Agrupamento de Escolas Abade de Baçal, Pessoa Coletiva n.º 600 084 264, representado pela sua Diretora, Dra. Maria Teresa Martins Rodrigues Sá Pires, o Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, Pessoa Coletiva n.º 600 085 953, representado pelo seu Diretor, Dr. Eduardo Manuel dos Santos, e o Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Pessoa Coletiva n.º 600 085 961, representado pelo seu Diretor, Dr. José Fernando Lopes Carrapatoso, a Escola Superior de Educação (ESE), Pessoa Coletiva n.º 600 013 758, representada pelo seu Diretor, Professor Coordenador António Francisco Ribeiro Alves, e o Teatro de Estudantes de Bragança, Pessoa Coletiva n.º 504 230 760, representado pelo Presidente da Direção, Filipe Miguel Feitor Magalhães Rodrigues, decidem celebrar entre si o presente protocolo de cooperação que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objetivos

O presente protocolo tem como objetivo assegurar e dinamizar a cooperação entre o Município de Bragança, os Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga, a ESE e o Teatro de Estudantes de Bragança, no sentido de fomentar o interesse cultural dos alunos pelas diferentes artes do espetáculo, nomeadamente Teatro e Música, através da participação no “Teatro Aberto”.

Cláusula Segunda

Obrigações das partes

1. Os Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga, a ESE e o Teatro de Estudantes de Bragança obrigam-se a participar no “Teatro Aberto” com todos os custos e obrigações que tal participação implique.

2. O Município de Bragança cede a utilização das instalações do Teatro Municipal para apresentação ao público de todos os espetáculos e eventos

que constituem o “Teatro Aberto”, a realizar durante o mês de maio de 2014.

3. O Município de Bragança colocará à disposição do público bilhetes de ingresso para assistir aos espetáculos, em quantidade igual aos lugares disponíveis da sala, ao preço unitário de 2,00€ (dois euros) por espetáculo.

4. O Município de Bragança entregará a receita do “Teatro Aberto” ao agrupamento de escolas, à ESE ou ao Teatro de Estudantes de Bragança responsável por cada espetáculo.

5. O Município de Bragança suportará, entre outros encargos, os inerentes à utilização das instalações e os direitos de autor.

6. A receita dos espetáculos será entregue pelo Município de Bragança após a realização dos mesmos, de acordo com o estabelecido no ponto 4.

Cláusula Terceira

Vigência

O presente protocolo é estabelecido para os fins designados na cláusula primeira que deverão ter lugar até final do ano letivo 2013/2014.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o referido Protocolo de Cooperação, de acordo com a informação da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

DIVISÃO DE AMBIENTE, ÁGUAS E ENERGIA

PONTO 25 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUAS – 2.ª EXTENSÃO AO CONTRATO ADICIONAL

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Ambiente, Águas e Energia:

“Estando em fase de conclusão obras de saneamento básico envolvendo a execução de novas infraestruturas de tratamento e bombagem de águas residuais, propõe-se que possam ser contratualizados à firma AGS, os serviços de exploração, manutenção e conservação dos equipamentos a seguir descritos: ETAR de 100 habitantes nas localidades de Terroso e do Parâmio, fossa séptica na localidade de Gondesende e Estação Elevatória em Frieira.

A presente extensão do contrato para o qual se requer a respetiva autorização e aprovação enquadrar-se-á nos termos da cláusula terceira do contrato inicial, com data de 15 de novembro de 2010, com a seguinte redação: “O primeiro outorgante poderá estender o objeto do contrato a outros equipamentos ou serviços que venham a ser executados durante a vigência do contrato, sendo o respetivo custo estabelecido de comum acordo, com observância pelo disposto no C.E. e pela manutenção de preços unitários definidos para serviços de natureza semelhante”.

Conforme consta do respetivo contrato assinado, os preços unitários previstos são os que a seguir se discriminam: ETAR de Terroso e Parâmio (100 hab/eq.): € 100,46 (cada uma), fossa séptica na localidade de Gondesende: € 101,68 e Estação Elevatória (/kwh): € 0,0804.

O prazo destes serviços enquadrar-se-á no previsto para o contrato inicial, terminando em fevereiro de 2016, sendo o valor previsto do encargo global relativo à presente extensão de contrato de € 5 054,38 (tomados os valores de referência previstos na proposta da prestadora de serviços).

CÁLCULO GLOBAL:

1 - ETAR/100hab = 100,46 (€/un) x 24 x 2 = 4822,08 €

2 – FOSSA SÉTICA = 101,68 (€/ano) x 2 = 203,36 €

3 - ESTAÇÃO ELEVATÓRIA: 15 KWh/mês x 0,0804 €/KWh x 24 = 28,94 €

NOTA: O valor 24 equivale ao n.º de meses de 2014 a 2016, altura em que se conclui o contrato, em vigor, com a AGS.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, de acordo com a informação da Divisão de Ambiente, Águas e Energia.

PONTO 26 - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES SUBSEQUENTES, AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA

Pela Divisão de Defesa do Ambiente, Águas e Energia, foi presente, a seguinte informação:

“Na sequência do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 3 de Março de 2014, que autorizou o procedimento em epígrafe, procedeu-se ao envio de convite à empresa D. F. Block, Segurança e Engenharia, Lda.

Dentro do prazo estabelecido a entidade convidada apresentou proposta no valor de 10.799,23€, acrescido de IVA (23%).

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, quando num procedimento por Ajuste Direto, tenha sido apresentada apenas uma proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto de decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.

Considerando que a proposta era devidamente esclarecedora, não se tornou necessário solicitar esclarecimentos sobre a mesma.

1.Proposta de adjudicação

Em consequência, propõe-se que a **Aquisição de sistema CCTV – IP para completar o existente no Forte São João de Deus**, seja adjudicada à empresa D. F. Block, Segurança e Engenharia, Lda., pela quantia de 10.799,23€ + IVA (23%)

2.Caução

De acordo com o estabelecido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, pelo facto do valor da adjudicação ser inferior a 200.000,00€, não é exigível a prestação da caução.

3.Documentos de habilitação

Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no ponto 9.1 do “Convite”.

4.Contrato escrito

A celebração de contrato escrito não é exigida, uma vez que se trata de uma situação que se enquadra na subalínea i) da alínea c) do n.º 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, a prestação dos serviços deva ocorrer integralmente no prazo máximo de 20 dias a contar da notificação da adjudicação. Neste caso e nos termos do n.º 3, o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

Finalmente informa-se que, de acordo com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e a alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugada com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência para autorizar a presente despesa cabe ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara.

Tal despesa está inscrita, em termos de orçamento municipal para o ano de 2014, na rubrica 0301/07010301 – Ecopolis – Reconversão urbanística do Forte S. João de Deus – centro de referência, a qual evidencia - na presente data - um saldo para cabimento de 45.000 euros. Os fundos disponíveis em 18.03.2014 totalizam o montante de 1.871.054,93€.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, adjudicar a aquisição do sistema CCTV – IP para completar o existente no Forte São João de Deus, à Empresa, D. F. Block, Segurança e Engenharia, Lda., pela quantia de 10.799,23€ + IVA (23%), de acordo com a informação da Divisão de Defesa do Ambiente, Águas e Energia.

PONTO 27 - DELEGAÇÃO DA GESTÃO DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS (OAU)

Pela Divisão de Defesa do Ambiente Água e Energia, foi presente, a seguinte informação:

“Nos termos do n.º 1. do n.º 2 e do n.º 7 do artigo 7.º do Decreto Lei 267/2009, de 29 de Setembro, os municípios são responsáveis pela recolha dos OAU, no caso de se tratar de resíduos urbanos cuja produção diária não exceda 1100 L por produtor, podendo, em alternativa à constituição da rede de recolha seletiva municipal, constituir redes de recolha seletiva supramunicipal, entendendo-se como tal as que abrangem mais de um município.

Neste contexto, propõe-se, considerando o modelo de recolha e gestão já implementado, que a gestão do OAU seja também delegada à Resíduos do Nordeste, EIM. Para o efeito junto se anexa a proposta, devendo a mesma ser validada em Reunião de Câmara.

Mais se informa, que a delegação da gestão do fluxo de resíduos OAU, não pressupõe qualquer alteração ao sistema tarifário em vigor, nem é objeto que qualquer faturação por parte da Resíduos do Nordeste, EIM.

Proposta n.º [...] /2013

Delegação na Resíduos do Nordeste, EIM, da gestão dos óleos alimentares usados – criação de uma rede de recolha seletiva intermunicipal – Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro.

A – Enquadramento

A produção estimada de óleos alimentares usados (OAU) em Portugal é da ordem de 43.000t (quarenta e três mil toneladas) a 65.000t (sessenta e cinco mil toneladas) por ano, das quais cerca de 62% são geradas no sector doméstico, 37% no sector da hotelaria e restauração (HORECA) e uma fração residual na indústria alimentar.

- O enquadramento jurídico da gestão dos OAU foi assegurado, até 2009, pelo regime geral de gestão de resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro.
- A eliminação destes resíduos, em desrespeito pelo referido regime geral, através dos colectores urbanos, dificulta e onera os sistemas de gestão de águas residuais, com repercussões negativas ao nível das tarifas do saneamento, e comporta um risco associado de contaminação dos solos e das águas subterrâneas e superficiais.
- Por outro lado, a deposição de OAU em aterro também não constitui alternativa à luz da Directiva n.º 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de abril, relativa à deposição de resíduos em aterros.
- Resulta, assim, clara a opção pela reciclagem, como objetivo primordial aos níveis nacional e comunitário, consubstanciado nas exigentes metas de reciclagem fixadas na Directiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro e no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, igualmente vertidas no Novo Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020).
- Acresce que, a reciclagem de OAU, concretamente para produção de biocombustível, constitui uma importante mais-valia no actual contexto das políticas energéticas nacionais e comunitárias. A garantia de disponibilidade comercial dos biocombustíveis de segunda geração, nos quais se inclui o biodiesel produzido a partir de OAU, é um desiderato da política comunitária para a energia previsto na Directiva n.º 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril,

relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis.

- Em Portugal, desde há algum tempo que a promoção das energias renováveis foi assumida como uma prioridade política, representando parte importante da estratégia nacional para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e para o cumprimento dos compromissos assumidos nesse sentido quer ao nível nacional quer ao nível comunitário.
- Ao mesmo tempo, o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos afigura-se essencial para a auto-suficiência do País em termos energéticos, reduzindo a sua dependência da importação de petróleo.
- Assim, face à situação existente foi aprovado o Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro, que estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados (OAU), produzidos pelos sectores industrial, da hotelaria e restauração (HORECA) e doméstico.
- Este Decreto-Lei dá um especial enfoque à recolha de OAU no sector doméstico, atribuindo um papel de relevo aos municípios e estabelecendo objectivos concretos para a constituição de redes municipais de recolha selectiva. Esta orientação permite potenciar sinergias entre a recolha de OAU com as de outros fluxos de resíduos provenientes dos sectores doméstico e HORECA.
- A relevância atribuída à intervenção dos municípios está ainda, em consonância com a Directiva n.º 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, que prevê a participação activa das autoridades locais no cumprimento dos objectivos nacionais em matéria de energias renováveis.
- Pese embora a importante intervenção dos municípios, o presente regime jurídico assenta na co-responsabilização e no envolvimento de todos os intervenientes no ciclo de vida dos óleos alimentares, como são os casos dos consumidores, dos produtores de óleos alimentares, dos operadores da distribuição, dos produtores de OAU e dos operadores de gestão. De salientar, a este respeito, as responsabilidades específicas

atribuídas aos produtores de óleos alimentares em matéria de sensibilização e informação, bem como de investigação e desenvolvimento, no domínio da prevenção e da valorização de OAU.

- A política de gestão de OAU é assim uma prioridade no âmbito da gestão de resíduos urbanos, encontrando-se a ser implementada de forma efetiva com base na correspondente legislação de suporte e através dos meios de fiscalização e controlo aí previstos.

B – A Proposta

1. Nos termos do n.º 1, do n.º 2 e do n.º 7 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro, os municípios são responsáveis pela recolha dos OAU, no caso de se tratar de resíduos urbanos cuja produção diária não exceda 1.100 (mil e cem) Litros por produtor, podendo, em alternativa à constituição da rede de recolha selectiva municipal, constituir redes de recolha selectiva supramunicipal, entendendo-se como tal as que abrangem mais de um município.

2. Em 31 de outubro de 2002 foi constituída pela Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana, da Terra Fria do Nordeste Transmontano e do Douro Superior, que englobam os municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais, a empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM.

3. Cumpru-se assim o compromisso assumido com o Ministério do Ambiente de unificação do sistema dos 13 (treze) concelhos transmontanos através da criação de uma empresa intermunicipal com o objectivo de gerir todo o sistema de resíduos sólidos urbanos.

4. Atualmente, a empresa apresenta um capital social de €50.000,00 (cinquenta mil euros) subscrito pelas três Associações de Municípios na proporção da sua população, correspondendo à Terra Quente 41%, à Terra Fria 37% e ao Douro Superior 22%, vocacionando a sua actividade para o cumprimento das metas traçadas pelo Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU), aprovado pela Portaria n.º 187/2007, de 12 de fevereiro, bem como do

novo Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2014-2020 (PERSU 2020), em fase de discussão pública.

5. Estatutariamente e nos termos do artigo 27.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, foram-lhe delegados pelas Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana, da Terra Fria do Nordeste Transmontano e do Douro Superior os poderes necessários à prestação de serviços no âmbito do seu objecto.

6. A Resíduos do Nordeste, EIM, é assim responsável pela gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos no município de [...], responsabilidade que tem vindo a assumir de forma faseada e sustentada e com o acompanhamento e superintendência dos Municípios que a integram, afigurando-se adequado delegar igualmente a gestão dos OAU na mesma entidade, criando sinergias com a restante gestão de resíduos e benefícios de economias de escala e garantindo a eliminação dos referidos resíduos de forma adequada e em cumprimento do legalmente exigido.

Assim, nos termos e fundamentos expostos, propõem-se à Câmara Municipal que delibere:

Aprovar, nos termos do artigo 7.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro e do artigo 27.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto a delegação da gestão dos óleos alimentares usados (OAU) produzidos no município de [...] na empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Defesa do Ambiente Água e Energia.

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E MOBILIDADE

PONTO 28 - SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA NA RUA DO LORETO

Pela Divisão de Logística e Mobilidade, foi presente a seguinte informação:

“Na sequência do ofício remetido pelo Sr. Joaquim Luciano Fernandes, residente na Rua do Loreto n.º 73, dando conhecimento das dificuldades encontradas diariamente no acesso às garagens, informa-se que o acesso se faz por uma travessa, sem toponímia, que contorna aquele e outros edifícios, e que é alvo de estacionamento abusivo, impedindo frequentemente o acesso às

garagens dos moradores, como é visível nas fotografias enviadas pelo reclamante. A PSP confirmou a ocorrência de várias reclamações e, inclusive, de reboque de veículos neste local.

Neste contexto, e com o intuito de evitar os constantes constrangimentos que advêm desta situação, propõe-se a colocação de 2 sinais C16 (paragem e estacionamento proibido), com setas a delimitar a extensão da proibição, bem como a pintura no pavimento da marcação M14 (zigzag), com tinta amarela, conforme planta em anexo. Propõe-se ainda a colocação de um sinal H4 (beco sem saída) no início do arruamento de acesso às garagens. Prevê-se um custo global na ordem dos 340,00 €.

Mais se informa que a solução proposta tem o aval da PSP, considerando-a a mais indicada e suficiente para os seus agentes poderem proceder à fiscalização desta zona.

A gestão das redes de circulação sob a administração municipal é da competência da Câmara Municipal, por força da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Logística e Mobilidade.

PONTO 29 - ESTACIONAMENTO NA RUA DE S. JOÃO

Pela Divisão de Logística e Mobilidade, foi presente a seguinte informação:

“Relativamente à reclamação submetida pelo Sr. Albino Morais, através da plataforma online “A minha rua”, relatando, em primeiro lugar, a ocorrência de estacionamento em sentido contrário na Rua de S. João e, em segundo lugar, a ocorrência de estacionamento abusivo no largo existente no início da mesma rua, informa-se o seguinte:

1. Quanto à primeira situação, informa-se que a sinalização existente é a apropriada, como se comprova pela foto 1, pelo que, não há melhoramentos a propor. A situação foi comunicada à PSP de forma a promover fiscalização com maior frequência para evitar constrangimentos futuros;

2. Quanto à segunda situação, informa-se que ocorre frequentemente o estacionamento de veículos entre a Rua de S. João e a Rua Eng.º José Beça,

como se constata na foto 2, o que pode dificultar, ou até impedir, a entrada de veículos para a Rua de S. João.

Neste contexto, propõe-se a colocação de um sinal C16 (paragem e estacionamento proibidos) com uma seta adicional direcionada para a esquerda, conforme a imagem seguinte. Prevê-se um custo global na ordem dos 70,00 €.

A deliberação sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas é da competência da câmara municipal, por força da alínea rr) do n.º 2 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que entrou em vigor no dia 30 de setembro de 2013.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com seis votos à favor e um voto contra do Sr. Vereador Humberto Rocha, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Logística e Mobilidade.

PONTO 30 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS - 2014 A 2016

Pela Divisão de Logística e Mobilidade foi presente, a seguinte informação:

“Na prossecução da atividade autárquica torna-se necessário proceder à abertura de procedimento concursal para a aquisição de serviços na área de seguros - concurso público, conforme alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro - uma vez que o procedimento em vigor termina a 10 de agosto do corrente ano.

O valor estimado da despesa a efetuar, por ano, é de cerca de 96.992,71 €, isento de IVA - valor que já inclui a redução remuneratória prevista no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014, por força da aplicação do n.º 1 do artigo 73.º da referida lei, na percentagem de 12% ao custo anual estimado de 110.218,99 euros.

Considerando que o contrato pode ser objeto de renovação por sucessivos períodos de um ano, até ao limite máximo de 2 anos, respeitando o prazo estabelecido no n.º 1 do artigo 440.º (aplicável ex vi o art.º 451.º) do CCP, se não for denunciado, por qualquer das partes, e que o valor global

estimado da despesa a efetuar para o referido período é de cerca de 193.985,42 euros, isento de IVA;

Considerando que a presente aquisição de serviços implica a assunção de compromissos plurianuais conforme previsão de custos a seguir indicada:

Custo anual estimado: 96.992,71 euros

Ano de 2014 - 23.111,60 euros;

Ano de 2015 – 96.992,71 euros;

Ano de 2016 – 73.881,11 euros.

Considerando ainda que, nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Em face do acima exposto, propõe-se que a informação em apreço seja remetida à Exma. Assembleia Municipal, a fim de esta deliberar no sentido de conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais, para a aquisição de serviços na área de seguros para os anos de 2014, 2015 e 2016.

Tal despesa está inscrita, em termos de orçamento municipal para o ano de 2014, na rubrica 0102/020212 - Seguros, a qual evidencia, na presente data, um saldo para cabimento de 49.890,60 euros. Os fundos disponíveis em 08/04/2014 totalizam o montante de 2.608.285,95 euros.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, INFRAESTRUTURAS E URBANISMO

PONTO 31 - BENEFICIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL 1031 - MÓS/VALVERDE/PAREDES. 2.º Relatório Final

Pela Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo foi presente o 2.º relatório final, elaborado pelo Júri do procedimento, que se transcreve:

“Concurso público: “Beneficiação e pavimentação do Caminho Municipal 1061 – Mós/ Valverde / Paredes.” - Processo DPIU 14/2013

Contratação: “Beneficiação e pavimentação do Caminho Municipal 1061 – Mós/ Valverde / Paredes.”

Membros do júri:

Presidente: Victor Manuel do Rosário Padrão, Diretor de Departamento de Serviços e Obras Municipais;

Vogal: José Manuel da Silva Marques, Técnico Superior na Área de Engenharia Civil;

Vogal: Goreti Maria Vieira Pedro, Técnica Superior na área de Engenharia Civil;

Vogal suplente: Maria José de Sá, Técnica Superior na área de Engenharia Civil;

Vogal suplente: Vítor Manuel Gomes Fernandes, Técnico Superior na área de Engenharia Civil;

Nas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Sr. Eng.º José Manuel da Silva Marques.

Em reunião efetuada em 8 de abril de 2014, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, destinada à elaboração do relatório final no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º 69/2014 foi publicado no Diário da República n.º 6, II série, parte L, de 9 de janeiro, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede da segunda audiência prévia, confirmar a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, final propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

1 – Audiência prévia e ordenação das propostas:

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 147º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório final, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito da segunda audiência prévia.

Tendo resultado deste procedimento o seguinte:

1. O concorrente Higinio Pinheiro & Irmão, S.A., apresentou as observações que se anexam e que genericamente se traduzem na revogação da decisão do júri do procedimento, no que diz respeito à exclusão da sua proposta e conseqüentemente na sua aceitação. Ponderadas e analisadas as observações em causa, verifica-se que, da proposta do concorrente, fazem

parte documentos tais como, fichas técnicas de produtos, aos quais não foi apostada uma assinatura digital qualificada, não dando desta forma, cumprimento ao estabelecido n.º 1 do artigo 27.º da Portaria 701-G/2008, de 29 de julho, propondo-se assim a sua exclusão, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP. Mesmo tratando-se de documentos que não sendo obrigatórios, refere o n.º 3 do artigo 57.º do CCP o seguinte: “Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos na parte final da alínea b) do n.º 1.”, logo, independentemente destes não serem exigidos, por força da aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP, os mesmos integram a proposta, conseqüentemente a eles teria que estar apostada uma assinatura digital qualificada;. Do atrás exposto o júri mantém a sua decisão.

2. O concorrente, Rosas Construtores, SA., apresentou as observações que se anexam e que se traduzem na exclusão do concorrente Cota 700, Gabinete de Topografia e Engenharia, Lda. por apresentar um documento ao qual não apostou uma assinatura digital qualificada, determinando a passagem da sua proposta para o 1.º lugar da classificação. Ponderadas e analisadas as observações em causa verifica-se que, ao documento, lista de preços unitários em formato Excel, não está apostada uma assinatura digital qualificada, no entanto faz parte da proposta o mesmo documento em formato PDF o qual tem apostada uma assinatura digital qualificada. Assim considerou o júri do procedimento que não há motivos para a exclusão da proposta do concorrente Cota 700, Gabinete de Topografia e Engenharia, Lda.

Face ao que foi referido anteriormente o Júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do relatório final, pelo que a ordenação das propostas é a seguinte:

CONCORRENTES	PROPOSTA (€)	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Cota 700, Gabinete de topografia e engenharia Lda.	610 517,34	63,36	1.º
Rosas Construções, S.A.	612 647,00	63,00	2.º

Ata da Reunião Ordinária de 14 de abril de 2014

Mota Engil, Engenharia e Construção, S.A. – Sociedade Produtora de Inertes, Lda.	649 967,97	56,67	3.º
Socorpena – Construção e Obras Públicas, Lda.	698 767,83	48,41	4.º
Inertil – Sociedade Produtora de Inertes, Lda.	725 696,80	43,85	5.º
Urbanop – Urbanizações e Obras Públicas, Lda.	731 697,63	42,83	6.º
Irmãos Moreiras, S.A. Nogueira & Filhos, Lda.	772 362,34	35,95	7.º

2 – Adjudicação e formalidades complementares

2.1 – Proposta de adjudicação

Face ao que foi referido anteriormente e pelo facto do concorrente Cota 700, Gabinete de Engenharia e Topografia, Unipessoal, Lda. ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada lhe seja adjudicada pela quantia de 610 517,34€, a que acresce o IVA no montante de 36 631,04€, o que totaliza o valor de 647 148,38€ (seiscentos e quarenta e sete mil cento e quarenta e oito euros e trinta e oito cêntimos).

2.2 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, o que equivale a 30 525,87€.

O modo de prestação da caução é o referido no programa do concurso.

2.3 – Contrato escrito

Nos termos dos n.º 1 e 3 do artigo 106º do CCP, compete a V. Ex.ª a representação do Município na outorga do contrato.

Face ao que antecede e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório final”.

Nos termos do disposto no art.º 98.º, do referido Código, a minuta do contrato será apresentada para aprovação após a prestação da caução.

Mais se informa que, de acordo com o disposto da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, conjugado com o

disposto na alínea b) do artigo n.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, a competência é da Câmara Municipal.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para prestar caução.

Após análise e discussão, foi deliberado, com cinco votos a favor e duas abstenções dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo, aprovar o Relatório Final, de acordo com a informação da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo.

PONTO 32 - CONSTRUÇÃO DO NOVO ESPAÇO PARA A FEIRA - Prorrogação Graciosa de Prazo

Pela Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

“Tendo presente o pedido de prorrogação graciosa de prazo, datado pelo adjudicatário em 28/03/2014 e que se anexa, bem como os despachos e informações sobre ele exarados, cumpre fazer informação para agendamento para próxima reunião de câmara.

Alegando a imprevisibilidade que se tem verificado relativamente às condições climatéricas e á dependência que alguns trabalhos apresentam relativamente a este fator, como a preparação de caixa, aplicação de minicubos em traço seco, aplicação de cubo e aplicação de rebocos exteriores; a adaptação do projeto de arranjos exteriores às estruturas arqueológicas e a adaptação do projeto do edifício projetado às condições encontradas em obra, solicita o adjudicatário uma prorrogação graciosa do prazo para a Parte A (Arranjos Exteriores) por um período de 75 dias, ou seja até 30 de Abril e para a parte B (Edifício Projetado) por um período de 167 dias, ou seja, até 31 de Julho para a conclusão da obra.

Pelo serviço de empreitadas foi confirmada a existência das incidências mencionadas na justificação da necessidade de se proceder às prorrogações parciais e graciosas, pelo que a solicitação poderia ser objeto de deferimento. Acrescendo a esta informação que a prorrogação não pode exceder o 12 de

Junho (limite máximo da candidatura), propõe o Departamento de Obras e Serviços Municipais, que seja concedida prorrogação graciosa até ao limite de 12 de Junho de 2014.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo.

PONTO 33 - COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS

O Sr. Presidente deu conhecimento que proferiu ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do art.º 35.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, a qual revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, despachos de autorização de pagamento de despesa referentes aos autos de medição de trabalhos das seguintes empreitadas:

PONTO 34 - ARRANJOS NOS ARRUAMENTOS DA CIDADE

Auto de medição n.º 3, referente à empreitada acima mencionada, no valor de 20 322,70 € + IVA, adjudicada à empresa, Medida XXI, Lda., pelo valor de 75 850,00 € + IVA.

O valor acumulado dos trabalhos é de 68 190,00 €.

Sobre a informação recaiu o despacho do Sr. Presidente, proferido em 02/04/2014, com o seguinte teor: “Autorizado o pagamento, conforme informação. “Conhecimento para reunião de Câmara.”

Tomado conhecimento.

PONTO 35 - BENEFICIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS MUNICIPAIS, PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL 524 DE CAROCEDO A GRIJÓ DE PARADA E CAMINHO MUNICIPAL 1046 DA ESTRADA MUNICIPAL 524 A FREIXEDELO

Auto de Medição n.º 1, referente à empreitada acima mencionada, no valor de 19 198,50€ + IVA, adjudicada à empresa, Cota 700 – Gabinete de Topografia e Engenharia, Unipessoal, Lda., pelo valor de 20 000,00 € + IVA.

Sobre a informação recaiu o despacho do Sr. Presidente, proferido em 31/03/2014, com o seguinte teor: “Autorizado o pagamento, conforme informação. “Conhecimento para reunião de Câmara”.

Tomado conhecimento.

PONTO 36 - CONSTRUÇÃO DO NOVO ESPAÇO DA FEIRA

Auto de Medição n.º 12, referente à empreitada acima mencionada, no valor de 58 332,18 € + IVA, adjudicada à empresa, ASG – Construções & Granitos, Lda., pelo valor de 1 050 414,42 + IVA.

O valor acumulado dos trabalhos é de 790 069,02 €.

Sobre a informação recaiu o despacho do Sr. Presidente, proferido em 31/03/2014, com o seguinte teor: “Autorizado o pagamento, conforme informação. “Conhecimento para reunião de Câmara.”

Tomado conhecimento.

PONTO 37 - CONSERVAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL - PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL 501 - 1 BAÇAL À ESTRADA NACIONAL 218 - 3 E PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL 501 E ESTRADA MUNICIPAL 504 ACESSO A VARGE

Auto de Medição n.º 2, referente à empreitada acima mencionada, no valor de 39 845,78 € + IVA, adjudicada à empresa, Mota Engil – Engenharia e Construção, SA., pelo valor de 247 698,43 € + IVA.

O valor acumulado dos trabalhos é de 227 167,18 €.

Sobre a informação recaiu o despacho do Sr. Presidente, proferido em 20/03/2014, com o seguinte teor: “Autorizado o pagamento, conforme informação. “Conhecimento para reunião de Câmara.”

Tomado conhecimento.

PONTO 38 - BENEFICIAÇÃO, ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS MUNICIPAIS: CAMINHO MUNICIPAL 1204 DA ESTRADA NACIONAL 308 A LAVIADOS

Auto de Medição n.º 4, referente à empreitada acima mencionada, no valor de 9 116,72 € + IVA, adjudicada à empresa, Higinio Pinheiro & Irmão, SA., pelo valor de 261 751,16 € + IVA.

O valor acumulado dos trabalhos é de 229 993,20 €.

Sobre a informação recaiu o despacho do Sr. Presidente, proferido em 20/03/2014, com o seguinte teor: “Autorizado o pagamento, conforme informação. “Conhecimento para reunião de Câmara.”

Tomado conhecimento.

PONTO 39 - CONSTRUÇÕES NORDESTINAS, LDA.

Apresentou requerimento a solicitar a receção provisória do loteamento urbano n.º 5/02, sito na Quinta das Carvas, freguesia de Gimonde, concelho de Bragança, com o processo n.º 5/02, acompanhado do parecer da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo que a seguir se transcreve:

“Á obra supramencionada com início de obra em 18/10/2002 e fim de obra em 09/11/2011, foi feita uma vistoria ao local do loteamento, em conjunto com os representantes da Câmara Municipal de Bragança, Srs. – Arq.º João Ribeiro, Eng.º Vítor Veloso e o fiscal David de Jesus e promotor o Sr. Vitor Pêra, em que se verificou que está em condições de ser recebido provisoriamente.

Assim, propõe-se a aprovação da receção provisória do loteamento e consequentemente a redução da garantia bancária do Banco Comercial Português n.º 320.02.0593102 de 31.923,07€ de caução dos trabalhos executados para 10% do valor inicial ou seja para 3.162,31€.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo. Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo.

PONTO 40 - RAUL TIAGO DA SILVA VARA

Apresentou requerimento a solicitar a aprovação do projeto para a construção de um edifício destinado a atividade industrial, a levar a efeito no lugar da “Cavada”, na freguesia de Gostei, concelho de Bragança, com o processo n.º 101/13, acompanhado do parecer da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo que a seguir se transcreve:

“O processo em análise, refere-se à construção de um edifício destinado à atividade industrial.

A propriedade, com a área de 5024m², está inscrita na matriz rústica n.º 5959 e registada na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1292/20120828.

De acordo com a planta de localização apresentada, situa-se fora do perímetro urbano de Gostei, em solo classificado no Plano Diretor Municipal como “Espaços-Agro-Silvo-Pastoris Tipo II”.

Trata-se de um edifício com uma área de implantação de 307m², com uso previsto para unidade industrial de produção de compotas e fumeiro.

O projeto cumpre o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e enquadra-se no previsto na alínea d) do artigo 23.º do Plano Diretor Municipal, cumprindo, ainda, os parâmetros constantes no Quadro 3 do artigo 24.º do mesmo regulamento.

Possui parecer favorável da Médica Veterinária Municipal devendo, o mesmo, ser dado a conhecer ao requerente.

Assim, propõe-se a aprovação da pretensão do requerente, devendo no entanto comunicar-se ao requerente que ficará a seu cargo a execução de todas as infraestruturas necessárias.”

“Mais deverá ser informado que, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 24.º do referido regulamento, os afluentes não podem ser lançados diretamente em linhas de água, sem que seja previamente assegurado o seu tratamento e não é permitida a drenagem que contenham substâncias poluidoras diretamente na rede hidrográfica.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo. Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo.

PONTO 41 - PAULO MANUEL ALMEIDA DA VEIGA

Apresentou requerimento a solicitar a aprovação da alteração do projeto para a construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito no lugar de “Lamelas” em Coelhoso, concelho de Bragança, com o processo n.º 71/05, acompanhado do parecer da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo que a seguir se transcreve:

O processo refere-se à construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito fora do perímetro urbano de Coelhoso, em solo classificado no P.D.M. como “Espaços Agro-Silvo-Pastoris Tipo II”, com projeto aprovado em reunião de Câmara de 13 de fevereiro de 2006 e com projeto de alterações, aprovado em reunião de Câmara de 28 de maio de 2007.

O edifício, com uma área de implantação de 259,55m², está inscrito na matriz urbana n.º 441 e registado na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 193/20050401.

Pretende, agora o requerente, proceder à construção de um anexo que servirá de apoio à moradia existente.

O anexo proposto, com a área de 76,50m², será implantado no alçado posterior da moradia, é composto por um único piso e será ligado ao edifício principal através de uma pérgola em madeira.

O projeto cumpre o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, bem como o Plano Diretor Municipal.

Propõe-se, assim, a aprovação da pretensão devendo, no entanto, comunicar-se ao requerente que ficará a seu cargo a execução de todas as infraestruturas necessárias.

Mais deverá ser informado que, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 24º do referido regulamento, os efluentes não podem ser lançados diretamente em linhas de água, sem que seja previamente assegurado o seu tratamento e não é permitida a drenagem que contenham substâncias poluidoras diretamente na rede hidrográfica.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo. Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo.

PONTO 42 - MARIA DO CARMO DOS SANTOS RODRIGUES

Apresentou requerimento a solicitar a aprovação do projeto para a construção de um edifício destinado a armazém agrícola, a levar a efeito no lugar das “Vinhas” em Parada, concelho de Bragança, com o processo n.º 21/14, acompanhado do parecer da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo que a seguir se transcreve:

“O projeto refere-se à construção de um armazém agrícola que, de acordo com a planta de localização apresentada, se situa fora do perímetro urbano de Paredes, em solo classificado no Plano Diretor Municipal como “Espaços Agro-Silvo-Pastoris Tipo II”.

O terreno, com a área de 11020 metros quadrados, está inscrito na matriz rústica n.º 910 e registado na Conservatória do Registo predial sob o n.º 1088/20100916.

A requerente pretende proceder à edificação de um armazém destinado à recolha de produtos agrícolas, provenientes da atividade a que se dedica.

O projeto apresentado, propõe a construção de um edifício com a área de 485 metros quadrados, constituído por uma divisão ampla e composto por um único piso.

Cumpra o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e os parâmetros constantes no Quadro 3 do artigo 24º do Plano Diretor Municipal.

No entanto, analisada a implantação do edifício, verificou-se que não cumpre o estipulado no nº6 do artº 202º da Portaria nº1532/2008 que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndios em Edifícios, ou seja, tratando-se de uma área florestada, o edifício”deve permanecer livre de mato com continuidade horizontal suscetível de facilitar a propagação de um incêndio, a uma distância de 50m do edificado”.

Face ao exposto, propõe-se manifestar a intenção de indeferir a pretensão.

Intervenção do Sr. Vereador Humberto Rocha

“ Propunha que os serviços chamassem o requerente, e fosse analisada a hipótese de viabilizar o projeto, noutra local ou terreno, por forma a encontrar uma solução.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com seis votos a favor e uma abstenção do Sr. Vereador Humberto Rocha, manifestar a intenção de indeferir, de acordo com a informação da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo.

Mais foi deliberado, por unanimidade, informar a requerente que, de acordo com o artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, lhe é dado o prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação, para, por escrito, se pronunciar sobre o que se lhe oferecer.

PONTO 43 - FÁTIMA DA CONCEIÇÃO MARTINS

Apresentou requerimento a solicitar a alteração do alvará de loteamento urbano n.º 3/1986, alterado pelo alvará de loteamento urbano nº7/94, com aditamento introduzido pelo alvará de loteamento urbano nº4/99, sito na Zona do Antigo Campo de Aviação (Loteamento S. Tiago), em Bragança, com o processo n.º 24/87.1, acompanhado do parecer da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo que a seguir se transcreve:

“Trata-se de um pedido para alteração ao alvará de loteamento urbano nº3/86, alterado pelo alvará de loteamento urbano nº7/94, com aditamento introduzido pelo alvará de loteamento urbano nº4/99, localizado na zona do Antigo Campo de Aviação, em Bragança, no sentido de ser permitido que o lote nº185, destinado a habitação unifamiliar, seja destinado a habitação e a Mini-Lar de Idosos.

Considerando que o referido loteamento possui 215 lotes, 211 moradias e 4 edifícios multifamiliares, mostrou-se inconveniente a notificação individualizada, por via pessoal ou postal.

Assim, nos termos da informação do Gabinete Jurídico, de 28 de janeiro de 2014, recorreu-se à notificação pela forma prevista na alínea d) do n.º 1 do artº 70º do CPA, ou seja, por edital a afixar nos locais de estilo, ou anúncio a publicar do Diário da República, no boletim municipal ou em dois jornais mais lidos na região.

Foi esta formalidade cumprida, através de publicação do Edital em jornal local sendo, igualmente, publicitado nos locais de estilo e na página da internet do Município de Bragança.

O período, de dez dias úteis, terminou não tendo havido qualquer pronúncia.

Verificando-se, assim, não haver nenhuma oposição e não haver inconvenientes na alteração pretendida, propõe-se a aprovação da pretensão, sendo permitido que o referido lote, destinado a habitação unifamiliar, seja destinado a habitação e a Mini-Lar de Idosos.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo.

PONTO 44 - DESPACHOS PARA CONHECIMENTO

O Sr. Presidente deu conhecimento que proferiu os seguintes despachos, de 19/03/2014 a 08/04/2014, no âmbito do procedimento da comunicação prévia prevista nos artigos 34.º a 36.º-A, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de Março, no uso de competências próprias ao abrigo do n.º 2 do artigo 5.º do RJUE.

FRANCISCO ANTÓNIO PIRES, apresentou requerimento, a solicitar que lhe seja aprovado o projeto para regularização e alteração de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito no Bairro de Quintela n.º 186, na freguesia de Rebordãos, concelho de Bragança, com o processo n.º 14/14, que mereceu parecer favorável da DPIU.

Despacho:” Deferido de acordo com a informação”.

PIEIDADE DA ASCENÇÃO MORAIS, apresentou requerimento, a solicitar que lhe seja aprovado o projeto para a construção de um jazigo de capela destinado a culto religioso, a levar a efeito no Cemitério Santo Condestável, no lote 27 – em Bragança, com o processo n.º 19/14, que mereceu parecer favorável da DPIU.

Despacho:” Deferido de acordo com a informação”.

Tomado conhecimento.

PONTO 45 - DESPACHOS PARA CONHECIMENTO

O Senhor Presidente deu conhecimento que proferiu os seguintes despachos, do dia 19/03/2014 ao dia 08/04/2014, relativos ao licenciamento de obras, no uso de competências delegadas, conforme despacho de 18 de outubro de 2013, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 5.º do RJUE e n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

LURDES DO ROSÁRIO TEIXEIRA, apresentou requerimento a solicitar que lhe seja aprovado o projeto para a legalização de um edifício de habitação unifamiliar, sito em Rua do Senhor dos Aflitos, na Zona do Vale Churido, em Bragança, com o processo n.º 12/14, que mereceu parecer favorável da DPIU.

CARLOTA AUGUSTA GONÇALVES, apresentou requerimento a solicitar que lhe seja aprovado o projeto de alterações ao projeto inicial aprovado, para a construção de um edifício de habitação unifamiliar, sito no Lugar de “Lagoa”, em Lagomar, concelho de Bragança, com o processo n.º 141/11, que mereceu parecer favorável da DPIU.

ALBERTO DE JESUS MARTINS RODRIGUES, apresentou requerimento a solicitar que lhe seja reapreciado o projeto de, para a reconstrução/ampliação de um edifício de habitação unifamiliar, sito no Bairro de São Sebastião, em Izedá, concelho de Bragança, com o processo n.º 159/10, que mereceu parecer favorável da DPIU.

ALVARO MANUEL CORDEIRO, apresentou requerimento a solicitar que lhe seja aprovado o projeto para a construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito Av. Santo António, em Coelhoso, concelho de Bragança, com o processo n.º 17/14, que mereceu parecer favorável da DPIU.

JOSÉ MARCELINO POUSA, apresentou requerimento a solicitar que lhe seja aprovado o projeto para reconstrução de um edifício destinado a Empreendimento Turístico, na modalidade de “Casa de Campo”, sito no Bairro Além do Rio, em Carrazedo, concelho de Bragança, com o processo n.º 13/14, que mereceu parecer favorável da DPIU.

FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO, apresentou requerimento a solicitar que lhe seja aprovado o aditamento ao projeto para ampliação do edifício do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Assunção que presta serviço de apoio domiciliário, sito em Rebordãos, concelho de Bragança, com o processo n.º 183/00, que mereceu parecer favorável da DPIU.

JOSÉ MARIA COSTA DA SILVA, apresentou requerimento a solicitar que lhe seja aprovado o aditamento ao projeto para construção de um edifício de habitação unifamiliar, sito na Rua da Cruz na localidade de Vilarinho, freguesia de Espinhosela, concelho de Bragança, com o processo n.º 158/13, que mereceu parecer favorável da DPIU.

EKKEHARD GRUNIG, apresentou requerimento a solicitar que lhe seja aprovado o aditamento ao projeto para construção de um edifício de habitação unifamiliar, sito no lugar da “Quinta das Carvas”, na União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, em Bragança, com o processo n.º 151/02, que mereceu parecer favorável da DPIU.

Tomado conhecimento.

Lida a presente ata em reunião realizada no dia 28 de abril de 2014, foi a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos e para efeitos consignados nos n.ºs 2 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e vai ser assinada pelo Exmo.

Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias e pela Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira, Maria Mavilde Gonçalves Xavier.